

Assembleia Municipal de Chaves

20.12.2017

ATA N.º 5/2017

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 09,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

2 - AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÃO Nº18/DGF/2017

3 - ANÁLISE DO 7º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTAS POR OUTROS PROCESSOS” CLASSIFICADO COMO PIM” DE: ISABEL GRILO UNIPESSOAL, LDA. – MORADA: RUA DAS NOVAS TECNOLOGIAS, PARQUE EMPRESARIAL DE OUTEIRO SECO, 5400-885 OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 84/DSC/2017 DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 23.10.2017

4 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM – CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: NATURTHOUGHTS-TURISMO DE NATUREZA, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 55/GNE/2017

5 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 1 CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU - DIVISÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS. PROPOSTA N.º 19/ GAP/2017

6 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018. PROPOSTA Nº 15/GAP/2017

7 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/DEFINIÇÃO DA TAXA DE IRS A FIXAR PARA 2018. PROPOSTA Nº 20/GAP/2017.

8 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2017 E A COBRAR EM 2018. PROPOSTA Nº 21/GAP/2017.

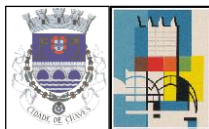
9 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, EM VISTA AO RECRUTAMENTO DE 5 SAPADORES FLORESTAIS, EM REGIME DE TRABALHO A TERMO INCERTO. PROPOSTA N.º 24/GAP/2017.

10 – DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCAL ÚNICO NA EMPRESA “EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. PROPOSTA Nº. 25/GAP/17.

11 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB - EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA – ANO 2018. PROPOSTA Nº 26/GAP/17.

12 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e a EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM SA – ANO 2018. PROPOSTA Nº. 27/GAP/17

13 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO Nº142/SE Nº84/2017.



Assembleia Municipal de Chaves

20.12.2017

14 – JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO Nº162/SE Nº91/2017.

15 – MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ORÇAMENTAL AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 22/DGF/17.

16 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº29/GAPV/2017

17 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO Nº25/SC/2017

18 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2016. INFORMAÇÃO Nº26/SC/2017

19 – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES E PARA A ECONOMIA LOCAL DO PROJETO "TRILHOS DE VISITAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL DO CONCELHO DE CHAVES" - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº102/DSC/2017, DA ARQ. CARLA JOANA RODRIGUES, DE 05.12.2017

20 – PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE REVELAÇÃO E APROVEITAMENTO DE MASSAS MINERAIS (PEDREIRAS) NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 103/DSC/2017

21 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM

22 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

23 – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES, POR GRUPO MUNICIPAL, NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

24 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES NO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO

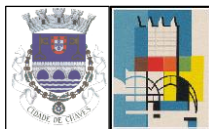
25 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HOSPITALAR

26 – ELEIÇÃO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

27 – REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES

28 – REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES

29 – REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO CINEGÉTICO



Feita a chamada verificaram-se 78 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.

Suspenderam o mandato:

Francisco José Teixeira Silva Lopes Preto

Nuno André M. Coelho Chaves

Eduardo Júlio Alves Brás

Faltaram:

Presidente da Junta de Freguesia de Ervededo - Ilídio Jorge Chaves Correia.

O **Senhor Presidente da Mesa**, após cumprimentar todos os presentes referiu que, sendo esta a primeira sessão da Assembleia Municipal do presente mandato, deve ser verificada a questão do Regimento e, de acordo com a alínea a) do número 1 artigo 9, do Regimento em vigor, propos a constituição de uma Comissão integrada por todos os Grupos Municipais, num total de sete pessoas (3 do PS, 2 do PSD, 1 da CDU e 1 do CDS/PP), para elaborar uma proposta de revisão do atual Regimento, que vigore nos próximos quatro anos.

Pediu que fossem indicados à Mesa os nomes das pessoas que vão constituir a referida Comissão. Uma vez que esta proposta teve a concordância da Assembleia, pediu a indicação dos nomes que vão fazer parte da Comissão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente da Câmara** deu conhecimento da entrada na Mesa de um voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, que foi lido pelo Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão e se transcreve:

“O Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Chaves que seja aprovado o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Emílio Fernando Macedo de Sousa - (08/01/1924 - 19/10/2017).

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em sessão ordinária em 20 de dezembro de 2017, manifesta profundo sentimento de pesar, pelo falecimento do Senhor Emílio Fernando Macedo de Sousa, que ocorreu no pretérito dia 19 de outubro de 2017.

Foi com profundo sentimento de pesar que esta triste notícia foi recebida na comunidade flaviense, sendo a consternação a face mais visível desta perda.

O Senhor Emílio Macedo, natural da freguesia de São Pedro (Vila Real), deixou-nos aos 93 anos de idade.

Chaves e os flavienses perdem um Homem íntegro e por todos admirado.

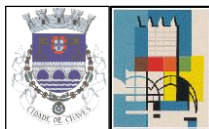
O Senhor Emílio Macedo foi um ilustre e digno Mandatário de diversas candidaturas autárquicas do PPD/PSD de Chaves.

Desempenhou vários cargos e diferentes funções em distintas coletividades, sempre exercidas com rigor e elevado sentido de responsabilidade coletiva.

Foi vereador da Câmara Municipal de Chaves e foi agraciado pelo Município pelos relevantes serviços prestados.

Foi sócio fundador, Presidente e Presidente honorário do Grupo Desportivo de Chaves.

Será sempre uma figura na história deste clube por ter sido o presidente da primeira subida do Grupo Desportivo de Chaves ao principal escalão do futebol português - a



1.ª Divisão - na época 1985/86, bem como pela qualificação para as competições europeias, a Taça UEFA, em 1987/88.

O Senhor Emílio Macedo, conquistou a simpatia no meio futebolístico nacional enquanto dirigente desportivo.

O Senhor Emílio Macedo era igualmente sócio e Dragão de Ouro do FC Porto, título que recebeu em 2007.

São conhecidas e reconhecidas as qualidades pessoais, que com exemplar sentido de dever cívico o Senhor Emílio Fernando Macedo de Sousa se dedicou à causa pública. O seu nome estará para sempre ligado à história da cidade e do Concelho de Chaves. Emílio Macedo, Descanse em Paz!

Propomos que se fizesse um minuto de silêncio em sua memória e se envie à enlutada família este “Voto de Pesar”. Assembleia Municipal de Chaves, em 20 de dezembro de 2017.”

Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade e de seguida foi guardado um minuto de silêncio.

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que foi acordado, entre os representantes dos partidos, nova distribuição do tempo de intervenção em função dos resultados das eleições de outubro. Assim o PS tem 25,30 m, o PSD tem 22 m, a CDU 5 m e o CDS/PP 5 m.

Intervenções no Período Antes da Ordem do Dia

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – cumprimentou os presentes, e deu as boas vindas aos que iniciam agora o seu mandato.

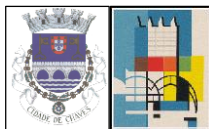
Referiu que tem sido hábito das anteriores Mesas da Assembleia Municipal informar sobre a correspondência entrada e tem informação, mas não certa, de que deu entrada uma comunicação do Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, relacionada com uma intervenção sobre a situação de salários em atraso na Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente sobre o facto de a direção da Santa Casa ter pedido auxílio financeiro ao Fundo Social de Socorro e não ter sido considerado. No seguimento deste assunto, o PCP colocou ao Senhor Ministro as seguintes questões:

Que informação possui o Ministério sobre este assunto?

O Ministério confirma que foi apresentado um pedido de auxílio financeiro ao Fundo Social de Socorro. Que medidas vão ser adotadas para que os salários e retroativos, em atraso, sejam pagos a estes trabalhadores? Estamos a falar de salários em atraso de três meses relativos ao ano de 2012, e de retroativos de 2009 e 2010.

Referiu deixar esta nota como um exemplo de intervenção dos deputados do PCP, que não sendo eleitos pela região, continuam a intervir em nome dos interesses das populações e dos trabalhadores da mesma.

Disse que mudou a Câmara, mas as questões da saúde hospitalar mantêm-se e pensa que no programa do Orçamento há uma parte política de introdução/enquadramento que tece uma série de considerações e o Senhor Presidente da Câmara, na tomada de posse, também teceu algumas considerações que são muito restritas e curtas.



Não podemos pugnar apenas pelas valências; pelo reforço das valências da Unidade Hospitalar. As questões vão muito para além disso. Vão pelas sucessivas promessas não cumpridas desde a abertura do Hospital de dia oncológico, que foi prometido para maio e já ninguém fala disso, desde as eternas obras do bloco operatório, que aqui denunciámos como não sendo prioridade, mas que foram prometidas no tempo dos governos do PSD e já recentemente pelo atual Governo, e com esta administração, nas sucessivas visitas do Senhor Secretário de Estado, que agora se demitiu.

Espera-se, da parte da Câmara que, como havendo uma sintonia com o Governo porque são do mesmo partido político que isso se traduza numa intervenção mais incisiva, que recupere a Unidade Hospitalar de Chaves, não só através do reforço das valências, de reforço da autonomia da decisão e cumprimento das promessas feitas. Todo um conjunto de situações que lhe parecem evidentes e que na medida que o Partido Socialista é poder e mantém silêncio, põe em causa o tónus que anteriormente como oposição, nesta assembleia, colocou.

Por essa razão gostaria de obter informação e algum esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara, sobre esse assunto.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que em democracia, a vontade popular, expressa através do voto, é soberana.

Os flavienses escolheram de forma livre e democrática, no dia 1 de outubro de 2017, os seus representantes para os diferentes órgãos autárquicos.

O Partido Socialista foi o grande vencedor dessas eleições sendo o partido mais votado para a Câmara Municipal de Chaves e Assembleia Municipal.

Ao invés, o Partido Social Democrata (PPD/PSD) foi o grande derrotado.

Saudar a participação do Bloco de Esquerda que, pela primeira vez concorreu a estas eleições em Chaves, e o Grupo de cidadãos independentes, que concorreu à Assembleia de Freguesia de Moreiras.

No que concerne à votação para as 39 Assembleias de Freguesia, destacar que o PPD/PSD foi o partido mais votado elegendo 152 membros e obtendo 22 presidências de Juntas de Freguesia.

No âmbito da praxis democrática e dos princípios e valores que norteiam os valores da social-democracia, cumpre-me em meu nome pessoal e do GMPSD, felicitar o Partido Socialista pelos resultados alcançados.

Cumprimentar o Dr. Nuno Vaz pela sua eleição enquanto Presidente da Câmara Municipal de Chaves, bem como o elenco que o acompanha e desejar-lhes as maiores felicidades para o mandato que iniciaram formalmente no passado dia 23 de outubro.

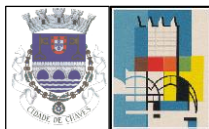
Do seu sucesso, dependerá o sucesso de Chaves.

Cumprimentar todos os autarcas de todos os partidos, eleitos e não eleitos, pela dedicação que colocaram nos seus projetos autárquicos.

Felicitar o Dr. Altamiro Claro pela Presidência desta Assembleia.

Felicitar os Flavienses pela lição de civismo e participação considerável no aludido ato eleitoral.

Uma palavra muito especial para o anterior executivo camarário na pessoa do Arq. António Cabeleira - um Homem íntegro e humano, que através da prática de políticas de verdade soube programar e ajudar a edificar um concelho mais próspero, solidário, inclusivo, dinâmico e agregador. Muito obrigado.



O PSD deve continuar a lutar pelo desenvolvimento do nosso concelho e região.

O PSD, honrando o seu passado, construiu um presente sólido para um futuro ainda mais sustentado.

Ao PSD cabe agora na oposição, outra responsabilidade.

Responsabilidade essa igualmente louvável e não menos importante em democracia. Saber estar à altura daquilo que é esperado deste grande partido de pessoas, causas e valores.

Isto é, um partido responsável, ativo, crítico, atento e fiscalizador da ação deste executivo, apresentando propostas alternativas, soluções distintas para a governação, mas concomitantemente apontando o caminho a seguir, votando contra quando tiver que votar, apoiando quando tiver que apoiar, complementando quando tiver que o fazer.

Mas sempre com um único propósito, fazer uma oposição séria, credível e responsável, pelo superior interesse dos flavienses e do concelho de Chaves.

Os flavienses podem contar com o PSD.

Terminada esta intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia**, após consulta dos serviços de apoio, informou sobre a correspondência entrada neste órgão, referindo apenas uma proposta do CDS/PP para rever o Regimento.

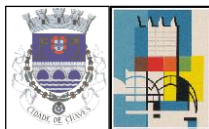
Francisco António Taveira Ferreira do **PSD**, cumprimentou os presentes, desejando a todos um Santo Natal e próspero Ano Novo. Na sua intervenção referiu-se a dois assuntos:

O primeiro tem a ver com o orçamento de estado no qual está prevista uma redução da verba para o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. É do conhecimento geral que o referido Centro Hospitalar estava subfinanciado, ou seja, o atual financiamento não cobre as despesas dos quatro hospitais que o integram e sendo assim estamos convictos que este financiamento vai ter um impacto negativo na Unidade de Chaves. O PSD de Chaves, está disponível para não abrandar a luta pela autonomia do Hospital e neste contexto gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara, nos informasse qual é sua opinião sobre esta questão e se o PS está disponível, pela nossa parte continuaremos atentos, incisivos e atuantes na defesa daquilo que é uma necessidade para os habitantes do nosso Concelho, em matéria de saúde.

No que respeita à segunda questão, é sua preocupação as obras a realizar na Unidade de Chaves, nomeadamente no Bloco Operatório. Estas obras, implicam momentos difíceis para esta Unidade, na medida em que poderá afetar a prestação dos cuidados de rotina, ou seja, a maioria da prestação de serviços de rotina, ficando só a funcionar o serviço de urgências. É neste sentido que gostaríamos de saber a opinião do Senhor Presidente da Câmara, sobre este assunto, sendo que as notícias que temos não são oficiais.

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS/PP** – cumprimentou os presentes nesta Assembleia, desejando a todos um Santo Natal e prospero Ano Novo.

Na sua intervenção fez referência à dinamização do Centro histórico, nesta época do ano, desenvolvida pela ACISAT em colaboração com a Câmara Municipal. As



atividades realizadas vão variando ano após ano, excedendo as expetativas nos anos pares e nos anos impares, gerando decepção, sem existir qualquer linha orientadora. Relativamente às festas e romarias, abordou a Feira dos Santos, principal certame da região do Alto Tâmega, a maior feira de Trás-os-Montes. É de lamentar que ao fim de tantas edições ainda exista uma falta de visão na sua organização, falhas que são no mínimo insólitas, desde a falta de segurança, acomodação dos feirantes, no que toca ao alojamento e higiene, falta de coordenação no envolvimento dos comerciantes do centro histórico, falta de fiscalização do material contrafeito, disposição geográfica do evento. De seguida questionou o Senhor Presidente da Câmara que, durante a campanha eleitoral foi abordada a realização de um referendo relativamente à passagem de veículos automóveis na ponte de Trajano. Simultaneamente no seu programa eleitoral é proposta a candidatura da mesma infraestrutura a Património da humanidade da UNESCO. Tendo em conta que ambas as situações não são incompatíveis, mas algo raras, colocou ao Senhor Presidente algumas questões:

Qual o ponto de situação relativamente ao referendo?

Qual o calendário previsto para o escrutínio?

Se foi solicitado algum parecer às entidades que tutelam este tipo de património, como a DGPC?

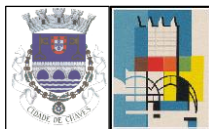
Por fim desejou a todos um bom trabalho durante este mandato, para conseguirmos fazer com que este Concelho melhore.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU**- cumprimentou os presentes nesta Assembleia, desejando todos um Santo Natal e prospero Ano Novo. Iniciou a sua intervenção referindo que é a primeira Assembleia após a tragédia dos incêndios e congratula-se pela proposta apresentada pela autarquia para a constituição de uma nova equipa de sapadores, sendo muito importante, o envolvimento de todos os cidadãos e Juntas de Freguesia. É importante que o que aconteceu este ano seja atenuado e dentro do possível, evitado nos anos que se seguem. É previsível que o tempo irá ser cada vez mais seco, as políticas que se têm feito nos últimos anos deixaram o interior despovoado e a seguir vão deixá-lo desertificado, sendo importante por isso que esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal promova a criação de um movimento, de modo a que durante o inverno e a primavera se realizem medidas de prevenção aos fogos florestais, melhores do que as existentes.

Esgotadas as intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor **Presidente da Câmara**, saudou em primeiro lugar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, desejando-lhe um bom mandato, um desempenho que esteja ao nível de critérios mais elevados da democracia, saudou também os Secretários da Mesa e Vereação aqui presente, todos os presidentes de Junta de Freguesia, todos os membros da Assembleia Municipal, todos os cidadãos que se encontram nesta sala. Dirigiu também uma palavra de apreço aos funcionários que integram a equipa de apoio aos Órgãos Municipais e à comunicação social presente.

É sua perspetiva que este mandato, e a intervenção desta Assembleia Municipal, possam estar conforme o desejo e a expetativa que os cidadãos depositaram em nós



e em cada um que foi eleito para os órgãos municipais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia. E que possamos efetivamente em conjunto cumprir os desígnios de termos um Concelho cada vez mais solidário, mais próspero, mais humanista e sobretudo preparado para os desafios, que naturalmente o futuro nos trará. São esses os meus desejos. Registou com agrado as palavras que foram ditas pelo deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD, no enquadramento que aqui foi perspetivado para aquilo que possa ser este mandato, os critérios corretos e adequados para que possamos ter uma discussão e uma abordagem às questões que são do interesse do Município, sempre na perspetiva de que o mais importante não são as querelas político-partidárias, mas sobretudo o interesse dos cidadãos flavienses. É nesta perspetiva que na minha pessoa e na representação neste órgão executivo municipal será o nosso posicionamento e contamos estar sempre presentes nesse registo. De imediato respondeu às questões colocadas pelo Deputado Manuel Justino Matos Cunha da CDU, dizendo que a questão colocada é uma questão recorrente, que todos conhecemos de forma direta ou indireta a situação difícil que os trabalhadores da Misericórdia de Chaves têm vivido nos últimos anos. De fato, os trabalhadores têm tido alguns problemas de ordem laboral relacionados com salários em atraso e com questões de falta de pagamento dos retroativos resultantes de incorreções de posicionamento nas respetivas carreiras, sendo que essa situação, embora nos preocupe a todos, é da responsabilidade da Instituição, ou seja, da Santa Casa da Misericórdia de Chaves. No que respeita às questões colocadas sobre o apoio do Estado através dos instrumentos de emergência, desconhece a sua existência, referiu que todos podemos, quer pela denuncia ao poder central, quer ao poder local, ajudar esta Instituição que tem mais de 500 anos de existência e exerce um papel relevante e estruturante neste Concelho. Enquanto Presidente da Autarquia, pela via da sensibilização da administração central ou pela via da colaboração direta da autarquia, certamente se irão encontrar soluções. Quanto à questão de saúde colocada pelo deputado, Francisco António Taveira Ferreira do PSD referiu que se trata de uma questão transversal e que preocupa todos os flavienses. As questões relativas à saúde não se reduzem apenas à questão hospitalar, estamos a falar de muitas dimensões. Importa ter no concelho e neste espaço territorial resposta para os problemas da doença e de afirmação da saúde, ou seja, 1.º termos que garantir que a população está saudável e só depois se deve cuidar da intervenção de dar resposta às situações de patologias que porventura existam.

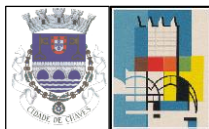
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A ata número quatro, referente à sessão ordinária realizada no dia 06 de setembro de 2017, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os senhores deputados.

Posta à votação foi aprovada com 21 abstenção, 2 por ausência na última sessão e 19 de eleitos que iniciam agora o seu mandato.

1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara

O senhor **Presidente da Câmara** disse que foi enviada a todos os ainda representantes das bancadas municipais, a informação económico/financeira, a



situação das obras em curso; relatórios dos processos em tribunal e atividades relevantes e que estava ao dispor para esclarecimentos.

Intervenções:

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD disse que, de forma muito sucinta e no que concerne à situação económico/financeira, apenas sublinhar que em 15 de dezembro deste ano, a margem disponível por utilizar era cerca de 2 milhões de euros, especificamente um milhão e oitocentos e noventa e cinco mil euros, quinhentos e onze e noventa cêntimos, isto apesar da internalização do MARC, ser cerca de 3 milhões e meio.

Quanto ao ponto 4 da informação das atividades relevantes referiu a falta de detalhe e de pormenor na informação.

Coloca duas questões relacionadas com a Empresa Municipal, GEMC – Gestão de Equipamentos Municipais de Chaves: qual é a composição do Conselho de Administração e qual o estatuto remuneratório dos seus membros?

Manuel Justino Matos Cunha da CDU disse que o atual Presidente da Câmara enquanto membro desta Assembleia Municipal, chamou a atenção que a informação sobre as atividades relevantes não se devia restringir aos tópicos, estando à espera que da sua parte nos possa dar explicação mais detalhada, e que a situação seja corrigida no futuro, bem como a entrega prévia em papel atempada e com maior extensão de conteúdo.

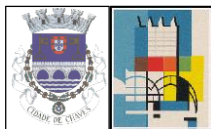
Colocou questões, relativas à reunião de 5 de dezembro de acionistas da empresa EHATB, nomeadamente qual é o ponto de situação da empresa, sendo esta uma empresa participada pelas autarquias e importante na realização das atividades do Concelho.

Referiu que, no dia 23 de novembro esteve presente na sessão de abertura das Jornadas de Saúde Trás os Monte e Alto Douro, e que a participação do senhor Presidente da Câmara ficou aquém do desejado. Ao fim destes anos todos, que temos que alertar e sensibilizar para depois exigir sobre as questões do hospital, estando neste momento já todas as situações bem identificadas: o Ministro não mudou, o Conselho de Administração já se mantém há dois anos, e portanto, estamos em tempo de concretização e não de alertar, para o reforço das valências indispensáveis. Sem um reforço da autonomia dos profissionais que aqui trabalham, não se irá conseguir, uma vez que tem havido transferência de muito serviços para Vila Real (refeitório, cozinha, lavandaria e recursos humanos).

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas.

Deixa aqui um compromisso que a informação das atividades relevantes que virá à próxima Assembleia será mais elucidativa, ainda que de forma sintética do conteúdo dessas iniciativas. Se no passado foi seu entendimento reiterado durante quatro anos e nunca corrigido, agora irá fazer os possíveis para efetuar a sua correção, já na próxima.

Quanto ao ponto n.º 4 da informação das atividades relevantes, foi tomada a decisão de aprovação da Assembleia Geral, tendo informado esta Assembleia da sua constituição:



Presidente – Vereador Francisco Chaves de Melo,
Tiago José Mata Morais Caldas – Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

Elvira Aguiar – Secretária da Vereação

Todos com funções não remuneradas.

No que respeita ao Conselho de Administração, tem a seguinte constituição:

Presidente – Nuno Vaz Ribeiro, sem qualquer remuneração

Membro do Conselho de Administração – Luís Manuel Areias Fontes, sem qualquer remuneração,

Fátima Liliana Fontes Correia, com funções do Conselho de Administração Delegada e usufruindo de um vencimento equivalente a chefe de divisão.

Quanto às questões colocadas por parte do Dr. Manuel Cunha referiu que a sua presença nas jornadas de saúde visava estabelecer novos contatos, junto do Secretário de Estado que não esteve presente, desenvolveu contatos com o Presidente da Administração e com o Presidente da ARS Norte. Referiu ainda que não temos capacidade de fazer, apenas de exigir, reclamar, afirmar e denunciar. A Câmara Municipal não tem capacidade executiva de obrigar a fazer. É a missão de quem não tem competência própria, reconhecendo que se torna necessário conseguir alianças para atingir objetivos.

É importante a mobilização quer individual, quer em termos de órgãos municipais, quer no coletivo e está a pensar nos Flavienses e em todas as pessoas do Alto Tâmega. Este é o caminho.

A proximidade com o Secretário de Estado e o facto de ter raízes nesta cidade, faria com que tivesse especial sensibilidade no sentido de apoiar nas questões da saúde e, ao mesmo tempo, ser parceiro deste processo.

Em relação à EHATB, a interpelação visava perceber se teria havido alguma decisão estratégica ou alguma decisão sobre o desempenho económico do exercício de 2017. Como sabemos o ano de 2017 em termos climatéricos, tem sido um ano muito fraco em termos de chuva o que se traduz nos resultados financeiros da empresa, cuja componente hídrica é relevante. Estamos provavelmente confrontados pela 1ª vez com o facto que a EHATB possa ter prejuízos, ou seja, resultados negativos. Quanto à certeza da execução de produção de energia elétrica na componente hídrica, não chega aos 50%, e isto, necessariamente, vai refletir-se nas contas finais. Verdadeiramente só no final do ano saberemos com exatidão e nessa altura daremos nota dessa informação.

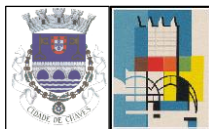
2 - Auditor Externo/emissão de Relatório Semestral sobre a situação económica e financeira do município. Informação nº18/DGF/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que a informação é extensa e refere-se ao 1.º semestre de 2017. Disponibilizou-se para esclarecer as dúvidas ou pedidos de esclarecimentos nesta matéria.

Esta informação já deveria ter sido presente na reunião de setembro.

Solicita a dispensa de leitura pelo fato de ter sido distribuída por todos os membros.

Não houve intervenções



A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação

3 - Análise do 7º relatório semestral de execução do projeto de investimento “preparação e conservação de frutas por outros processos” classificado como PIM” de: Isabel Grilo Unipessoal, Lda. – morada: Rua das Novas Tecnologias, Parque Empresarial de Outeiro Seco, 5400-885 Outeiro Seco - Informação/proposta nº 84/DSC/2017 do Chefe de Divisão Arq. Rodrigo Moreira de 23.10.2017.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que esta informação é também um relatório, e tem a ver com o grau de cumprimento por parte desta empresa, relativamente ao contrato de concessão de benefícios fiscais que foram concedidos por decisão da Assembleia Municipal. A empresa está a cumprir o contrato. É para conhecimento de todos os membros desta Assembleia.

Não houve intervenções

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação.

4 – Projeto de interesse municipal – PIM – contrato de concessão de benefícios fiscais tributários municipais. Beneficiária: Naturthoughts-turismo de Natureza, Lda. Informação/proposta nº 55/GNE/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que esta informação é um relatório de idêntica natureza e função do anterior, para dar conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal, relativamente ao desenvolvimento da atividade a que se obrigou esta empresa, no âmbito do contrato de concessão de benefícios fiscais.

Não houve intervenções

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação.

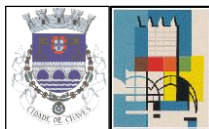
5 – Designação do júri do procedimento concursal para provimento de 1 cargo de Direção Intermédia de 2º grau - Divisão de Águas e Resíduos. Proposta n.º 19/ GAP/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta referindo que pelo facto do falecimento recente do senhor Eng.º José António Carneiro, Chefe de Divisão de Águas e Resíduos, houve a necessidade de nomear já no anterior executivo, em regime de substituição, por despacho do então Presidente da Câmara. Para garantir o funcionamento desta unidade orgânica e para que esse regime de substituição não cesse, há a necessidade de procedimento para preenchimento desta unidade de 2.º grau.

O que vem à Assembleia Municipal é uma proposta de designação de júri para que se possa efetuar a condução do processo de recrutamento de dirigente e que esta Assembleia possa ou não aprovar a designação do júri para procedimento rotineiro e regular.

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.



6 – Definição da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar no exercício económico de 2018. Proposta nº 15/GAP/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

A proposta foi votada em sede de reunião de Câmara, com base em proposta elaborada por si, com a definição da taxa do IMI, sobre os imóveis a liquidar no exercício económico de 2018. É uma taxa fixada pelos municípios entre o valor mínimo de 0.3 e o valor máximo de 0.45, existindo a possibilidade de efetuar majorações e minorações, ou seja, a introdução de critérios de incentivo ou desincentivo aos proprietários de bens imóveis, essencialmente no espaço histórico e recuperação de edifícios degradados. A lei também nos permite fazer redução da taxa em função do número de dependentes do agregado familiar.

O PS sempre defendeu em matéria de IMI a fixação da taxa mínima, estando também inscrito no nosso compromisso com os Flavienses, durante o nosso mandato, ou seja, 4 anos e vamos cumpri-lo. Sendo certo que não está garantida a capacidade financeira para que se possam compartilhar os projetos financiados por fundos comunitários por falta de fundos próprios, e que têm capacidade para serem executados com financiamento comunitários.

Por esse motivo entendeu-se formular uma proposta que tem uma taxa mais reduzida que foi aprovada no ano passado e fixar a taxa no valor de 0.338, ou seja propomos a redução de $\frac{1}{4}$ do valor superior relativamente ao valor mínimo.

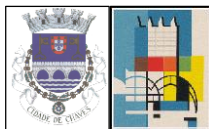
Francisco António Taveira Ferreira do **PSD** referiu que os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD, votam contra a proposta apresentada pelas seguintes razões:

Ao longo de 4 anos (2013/2017) o PS e o então membro da Assembleia Municipal Dr. Nuno Vaz Ribeiro sempre defenderam que a taxa do IMI se deveria fixar na taxa mínima. Nesta proposta existe uma diferença grande entre a expectativa criada e publicitada, que era distinta da que agora nos é apresentada. O PSD deseja e quer que o PS cumpra o que prometeu aos Flavienses e por isso a descida do IMI deve ser para a taxa mínima 0,3, conforme o prometido e não a taxa que vamos ter de 0,338. São estas as razões pelas quais iremos votar contra e entregar declaração de voto, no final da votação.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** disse que é sua opinião que se vai assistir e olhando para as atas da reunião de Câmara, a um discurso que tem dois aspetos; “têm razão os dois, não tendo razão os dois”. São evidentes duas coisas:

Que o PS entendia enquanto oposição que era o tempo de baixar para 0,3, ou seja, o tempo passado. Toma como exemplo a ata da Assembleia Municipal. O PS não pode invocar desconhecimento sobre a situação financeira da Câmara, na altura tinha 3 vereadores na oposição, um até transitou para o atual executivo. É seu entendimento que deveria ser do conhecimento público toda a situação financeira da autarquia. Também deveria ser do conhecimento do PS quando estabeleceu o seu programa eleitoral.

Nas suas declarações o PSD também tem uma contradição. No passado era seu entendimento que não havia condições para a descida da taxa do IMI para 0,3, agora que há um trajeto de aproximação da referida taxa, votam contra. Sendo na sua opinião um voto delicado contra a redução de um imposto Municipal. Pensa que é uma



mensagem importante que tem a ver com a transparência, mas também já é hábito deste governo apresentar propostas sonantes, que depois são diferidas no tempo e esvaziadas no impacto financeiro. Reconhece que as propostas eleitorais do PS não são corretas, portanto, o PS, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara saem fragilizados ao não cumprirem uma promessa que na tomada de posse foi referência: “na água vamos devagar”, “no IMI vamos já”. Considera, no entanto, que é importante e positiva uma redução da taxa do IMI.

Gonçalo André do Nascimento Alves do **CDS/PP** mostrou a sua estupefação e confusão pela posição assumida pelo PSD, nomeadamente os seus Vereadores e Grupo Municipal. Relativamente ao assunto em epígrafe é sua opinião, e pensa como todos em geral, que a descida do imposto contribui para o bem-estar da população, sendo também um fator decisivo para a competitividade do município, quer na fixação das pessoas, quer na aplicação do investimento privado.

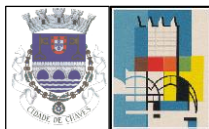
O PSD que até então era contra a redução do IMI por entender não haver condições financeiras na Autarquia, hoje é a favor dessa redução, referindo que é curta e que deve ser implementada por inteiro.

O CDS não propôs a redução do IMI para a taxa reduzida, por entender que a situação da Câmara não era folgada o suficiente. No entanto o executivo atual deseja reduzir a taxa do IMI mantendo o equilíbrio financeiro do município, concordando com esta medida. Sendo que a proposta apresentada tem uma certa contenção, demonstrando um certo realismo e sendo também atuação do atual governo.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas, referindo que, o PS assumiu uma série de compromissos que são de orientação para este mandato, e alguns outros que passarão para o mandato seguinte. A questão do IMI há-de ser cumprida neste mandato.

Confirma as afirmações que foram feitas pelo PSD relativamente às posições que foram assumidas por si, nesta Assembleia. Também reconhece que é sua intenção que a redução do IMI seja feita de forma mais acelerada. Só assim não vai ser este ano e o PSD sabe muito bem porque quando se procurou elaborar o orçamento para o ano de 2018, constatou-se uma circunstância que nos deixou preocupados. É que algumas das obras municipais financiadas por fundos comunitários terão uma taxa de comparticipação global na ordem de 40% e outras menos. Isto fará com que a taxa de esforço financeiro por parte do município para o ano de 2018 e 2019 seja muito superior aquilo que era expetável e que resultava da informação financeira que esta Assembleia votou em 2016 para o ano de 2017, designadamente as ações inscritas no PPI. Havia um conjunto de ações inscritas no PPI para o ano de 2017, designadamente todas as do PAMUS que referem que a taxa de comparticipação é de 85%, quando na realidade a taxa de comparticipação varia entre os 32% e os 41%. Essa informação era-nos completamente desconhecida.

O deputado Manuel Cunha referiu que devemos conhecer com rigor a situação financeira do município e só depois fazer propostas. Eu sempre procurei conhecer as contas do município, dedicando tempo e energia a essa causa, mas a informação distribuída indiciava exatamente o contrário, existindo projetos com uma matéria financeira muito relevante que podem eventualmente no limite determinar que algumas



das ações não possam ser executadas no ano de 2018, fazendo com que se percam fundos comunitários, por causa de uma questão muito simples. Tudo que tem a ver com o PAMUS, requalificações de vias municipais, taxa de 85% e só incide sobre a componente elegível que tem a ver com os passeios e infraestruturas que estão por baixo dos passeios, o que significa que todo o outro tipo de intervenção na via, no estacionamento e presente em todos os projetos, o valor mais significativo tem a taxa de comparticipação de 0%, ora, tendo obras no valor de um milhão de euros em que a componente de financiamento, ou seja, o esforço do município vai ser superior a 600 mil euros, isso determinou uma ponderação e fez com que, não deixando um compromisso que está inscrito no programa do PS, que é a redução da taxa do IMI para o mínimo, ainda assim, sendo sensatos e cautelosos fizemos de forma desagregada em quatro anos, e vamos cumprir essa promessa, porque é nosso entendimento que as promessas devem ser cumpridas.

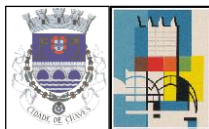
Ficou surpreendido com a posição do PSD que em anos anteriores defendia que a redução para o valor mínimo era impossível, mas agora, pasme-se, é possível descer para o valor mínimo e fazer todas as obras que o PSD não fez em 16 anos, mais aquelas que prometemos no nosso programa eleitoral. É sua opinião que essa proposta não é séria e é uma declaração de voto que ainda não conseguiu entender no seu essencial, ou seja, tem uma falta de senso e sempre pensou que se iriam abster, ninguém entende a sua votação.

Referiu que a posição do CDS é uma posição sensata, equilibrada e, respondendo à questão concreta, é nossa intenção que a redução seja feita de uma forma cadente, ou seja, $\frac{1}{4}$ em cada ano, para que no ano de 2021 possamos ter uma taxa de 0,3. Se porventura a situação financeira do município se alterar, daremos nota de quais são as causas dessas alterações e qual é o nosso enquadramento e as nossas propostas em cada matéria.

Ana Maria Rodrigues Coelho do **PSD** começou por saudar o senhor Presidente da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, Vereação e demais presentes, disse que no pico da crise financeira nacional e com o município a recorrer ao PAEL, com manifestas dificuldades financeiras, a coerência também não serviu à bancada socialista, na defesa da redução do IMI. Por isso em matéria de coerência pensa que estão em situação de igualdade.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pela senhora deputada e disse que a situação financeira do município era recorrentemente negada. Perante a evidência, era dito que a situação financeira não era exigente. Coerentemente pedíamos reduções, aconselhando-a a ler as atas sobre esta matéria, e sobre o que foi dito recentemente nesta Assembleia Municipal. A proposta que foi feita era de que o incremento do IMI em cada ano, superou os 400 mil euros de receita. Portanto, quanto à coerência estamos conversados e não estamos quites, mas sim em vantagem.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 46 votos a favor, 14 abstenções e 14 votos contra



João Miranda Rua do **PSD** justificou o voto a favor da redução do imposto, referindo que em coerência sempre defendeu desde 2004, ano em que foi instituído o imposto, a sua redução. Seria incoerente da sua parte votar contra esta redução.

Gonçalo André do Nascimento Alves do **CDS/PP** referiu que, da parte do grupo municipal do PSD, não é sério votarem contra a redução em 0,12% do imposto.

O **Grupo Municipal do PSD** apresentou a seguinte declaração de voto:

“Relativamente ao Ponto 6 da ordem de trabalhos (“Definição da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar no exercício económico de 2018”), o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresenta a seguinte

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Membros da Assembleia Municipal eleitos na lista do PSD votam contra a proposta apresentada pelas seguintes razões:

- 1. Ao longo de 4 anos (2013 a 2017) o Partido Socialista e o então membro da Assembleia Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, sempre defenderam que a taxa de IMI se deveria fixar na taxa mínima;*
- 2. O compromisso eleitoral do Partido Socialista (eleições de 2017), compromisso número 2, assume a ‘Redução do IMI para a taxa mínima (0,300 %)’;*
- 3. No discurso de tomada de posse o senhor Presidente da Câmara reafirmou que a taxa do IMI iria ser reduzida para 0,300 %;*
- 4. A situação financeira da câmara é hoje melhor do que era em 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017;*
- 5. A redução da taxa de IMI para 0,300 % originaria uma perda de receita aproximadamente de € 600.000,00, valor equivalente à redução com os encargos da dívida, empréstimos a médio e longo prazo, que é de menos € 591.180,53 face a 2017;*
- 6. Hoje pode o senhor Presidente da Câmara reafirmar que é “o momento para o executivo municipal dar um sinal de que está atento às dificuldades sentidas pelos flavienses”;*
- 7. Os políticos devem ter uma atuação em conformidade com o discurso e com as tomadas de posição, muito em particular, com o compromisso eleitoral.*

Os Membros da Assembleia Municipal eleitos na lista do PSD votam contra a demagogia e o populismo socialista. A expectativa criada e publicitada é muito distinta da realidade agora apresentada.

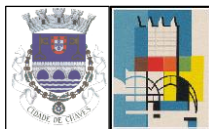
O PSD quer que o PS cumpra o que prometeu aos flavienses: descida do IMI para a taxa mínima de 0,300% (como prometeu) e não de 0,338% (como agora apresenta).

O PSD é contra esta forma de fazer política e de enganar os flavienses.”

7 – Participação variável no IRS/definição da taxa de IRS a fixar para 2018. Proposta nº 20/GAP/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta

A proposta é conhecida e amplamente publicitada. A posição do PS no passado era equilibrada, propunhamos uma pequena distribuição de 1% de IRS para os cidadãos. Esta proposta não faz parte do nosso compromisso eleitoral. Embora enquanto membro do PS nas Assembleias anteriores já tinha formulado esta questão. O facto de não incluirmos essa proposta, uma vez que é nosso entender que não teríamos condições de a cumprir e estando no nosso horizonte a sua concretização durante o nosso mandato, não o fazemos por uma questão de cautela de boa gestão, de responsabilidade e ainda de alguns imponderáveis, há pouco por lapso não referi dois deles.



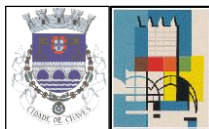
No ano de 2018 não vai haver receita /dividendos da EHATB, podendo haver antes responsabilidades, houve uma redução de mais de 120 mil euros naquilo que é transferência efetuada pela empresa Iberdrola nos últimos dois anos, entendemos por razões de cautela não efetuarmos qualquer proposta. Esta receita é gerida pelo município e não distribuída de modo a beneficiar os residentes no concelho. Conhecemos bem, as razões que no passado levaram o PSD a não comungar com esta visão que têm a ver sobretudo com a perspetiva, que esta repartição a ser feita iria beneficiar sobretudo quem tem rendimentos mais elevados, o que seria perfeitamente injusta para a grande maioria da classe média, que, logicamente não iriam beneficiar desta proposta. Ainda assim deve ser matéria de reflexão, devendo haver uma melhor distribuição da carga fiscal. Essa avaliação será feita no momento em que houver existência de recursos financeiros próprios do município. Em virtude de estarmos em período de execução do quadro comunitário que vai de 2014 a 2020, a concentração da execução de projetos está a acontecer em 2017 e vai acontecer sobretudo em 2018, 2019 e 2020. Ter-se-ão que realizar ações e projetos num período temporal muito curto, o que fará com que a exigência, relativamente à possibilidade de financiamento próprio e que por vezes pode ser crítica, para evitar essa situação, não fazemos nenhuma proposta de repartição deste imposto.

Intervenções

Francisco António Taveira Ferreira do **PSD** disse que esta é mais uma intervenção com uma declaração de voto a ser entregue no final da votação.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** disse que já no passado o referiu, que, esta solução que foi encontrada de pôr o ónus da decisão da autarquia em 5%, não é uma proposta correta, não da parte da Câmara, mas sim da parte de quem decidiu essa forma de gestão, que se traduz num conjunto de desequilíbrios. O senhor Presidente invocou um conjunto de questões que são válidas, nomeadamente que a redução e devolução de IRS beneficia, sobretudo, os que pagam IRS, num concelho onde existem muitos cidadãos em situação de pobreza e baixos rendimentos. Mas não invocou estes princípios quando pediu a redução em baixa de 1% para devolução aos cidadãos residentes no concelho. O nosso sentido de abstenção vai contra, pelo facto de haver uma discordância completa com este modelo nacional que decide que fica o ónus com as autarquias, sendo que, é desequilibrado com alguns concelhos. Nalguns concelhos a verba é irrelevante porque há poucos cidadãos a pagar IRS, o nosso caso é um caso intermédio, sendo no valor de 1 milhão e 300 mil euros. A nossa abstenção não tem que ver com as incoerências de uns ou outros, tem a ver com o discordar do modelo que é uma solução pouco justa. Seria mais justo que houvesse uma distribuição pelas autarquias.

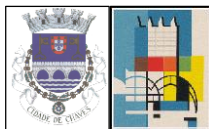
Gonçalo André do Nascimento Alves do **CDS/PP** disse que o princípio base em relação ao IMI, mantêm-se. O PSD no anterior mandato não propôs a redução de 1% na participação do IRS, o PS não propôs a medida, a CDU também não, tal como CDS/PP. A situação financeira não o permite nem o permitirá no próximo ano, não sendo possível um compromisso com viabilidade. Faço minhas as palavras do Dr. Manuel Cunha, quanto à pertinência desta cobrança e, numa atitude construtiva e responsável, o CDS/PP abster-se-á.



Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro do **PS** cumprimentou todos os presentes nesta Assembleia e referiu ser o responsável pela intervenção neste ponto, por parte do PS. Este órgão é por excelência a casa da democracia e todos nós temos um mandato único e irrevogável. Este executivo municipal tomou posse ainda não há dois meses, deve dar-se tempo ao tempo e ver como as coisas se vão desenvolver, estando de acordo com o que diz o senhor Presidente da Câmara e ao contrário do que diz o senhor Dr. Manuel Cunha, que é um homem que eu saúdo, que de facto é conhecedor das matérias, uma pessoa que se prepara bem e que alia a experiência a uma rara inteligência, mas não concordo quando refere que havia a obrigação por parte do PS de conhecer os dossiês na sua totalidade. Todas as iniciativas que têm vindo a ser tomadas visam beneficiar o nosso concelho e a população em geral, não se desviando do compromisso eleitoral. O tempo que a Câmara Municipal leva aos destinos da autarquia ainda é pouco, cada coisa terá de ser construída gradual e consistentemente.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Começou por referir que percebeu bem o desconforto do PSD nesta matéria, e também entende bem que queira fazer acusações de incoerência, quem não cumpriu as promessas que foi fazendo, sucessivamente, durante as últimas quatro eleições autárquicas que venceu. São dezenas de promessas incumpridas, se há alguém que incumpriu e faltou à verdade foi o PSD durante estes 16 anos. Não podem afirmar que o PS o fez, pois ainda não teve tempo, têm que ter calma e aguardar mais um pouco, parecendo, por isso, extemporâneo tomar esta posição. É natural que sintam um pouco de desconforto, depois de ser aqui feita uma intervenção com enquadramento e ter explicado algumas das razões que determinam o nosso comportamento, venham fazer uma declaração de voto que já foi lida na reunião de Câmara, querendo ficar aqui marcado que a discussão não é dialética, não é evolutiva e não resulta da discussão que aqui acontece, mas apenas do que já foi dito antes, resultando numa falta de verdade e atenção, pois se estivessem atentos, veriam que o PS não fez qualquer proposta de redução desta taxa no seu programa eleitoral. Lendo a proposta toda e no programa do PS não veem uma linha dita sobre esta matéria. Se disserem o Presidente da Câmara teceu considerações e apreciações, em sede de Assembleia Municipal nesta matéria é verdade. Mas se calhar por aí pedia alguma coerência e verem todos o que disseram em todas as Assembleias Municipais, a propósito de todos os assuntos, e encontrem e procurem nalguns casos o fio condutor da coerência, que em muitos deles não encontrariam nenhuma. Dito isto, disse e reafirmou que quando tiver condições financeiras para o fazer, a redução do imposto será feita da mesma forma como o preconizou na oposição, ou seja, fazer o reembolso de 1% para os flavienses. Disse ainda o seguinte: estamos num momento de exigência, num momento financeiramente crítico e, se é certo que o valor financeiro a pagar em cada exercício, sobretudo no exercício de 2018 relativamente aos juros, é menor que em 2017, e também é menor que em 2015, que foi mais de 2 milhões de euros, também há que perceber quem é que deu causa a esses juros, quem durante anos a fio se andou a financiar à custa das Águas de Trás-os-Montes, pois estamos a pagar 8% de juros por causa dessa dívida. Não foi, o executivo atual, seguramente. Se alguém tem culpa por se pagarem juros, não foram os flavienses que pagaram a água atempadamente, foi



sobretudo quem tomou a decisão de se financiar junto dos fornecedores, não sendo este procedimento razão de mérito, mas de censura. Nesta questão, se há uma redução de encargos com juros, também há uma redução da receita, relativamente à EHATB e Iberdrola, é preciso ter isso em consideração. Iremos colocar no orçamento compromissos assumidos pelo anterior executivo, queremos criar condições para que efetivamente projetos que têm financiamento comunitário possam ser executados e só poderão ser, se tivermos capacidade de financiamento para a componente correspondente ao município. Não estou seguro ainda que o possamos fazer, e, por isso, devemos ser cautelosos, rigorosos e responsáveis. Por último afirmou que continuará a manter uma postura coerente e sempre que se desviar de uma opinião que teve anteriormente, explicará as razões da mudança.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 38 votos a favor, 17 abstenções e 14 votos contra.

O **Grupo Municipal do PSD** apresentou declaração de voto anexar declaração de voto “*Relativamente ao ponto, 7 da ordem de trabalhos (“Participação variável no IAS/definição da taxa de IAS a fixar para 2018”), o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresenta a seguinte:*

DECLARAÇÃO DE VOTO

Considerando a posição sucessivamente repetida ao longo de 4 anos pela então membro da Assembleia Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, e subscrita pelo Partido Socialista, que defenderam e passa-se a citar - “Somos favoráveis a uma redução de 1% na participação de IRS, fixando-se para esta 4%”.

Considerando que a situação financeira da câmara é hoje melhor do que era em 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017;

Considerando que em 2018 os encargos financeiros com a dívida são significativamente inferiores quando comparados com 2014, 2015, 2016 e 2017;

Considerando que os políticos devem ter uma atuação em conformidade com o discurso e com as tomadas de posição ao longo dos últimos 4 anos;

Considerando que hoje pode o senhor Presidente da Câmara reafirmar que “o reembolso de 1% do IRS diretamente às famílias, aumentaria o seu rendimento disponível e a sua capacidade aquisitiva, o que seria uma boa notícia para a economia local”;

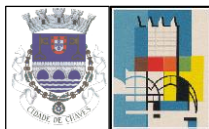
Considerando que somos a favor de políticas de verdade e que não devemos mudar de opinião quando estamos no poder;

Os Membros da Assembleia Municipal eleitos na lista do PSD votam contra a proposta de fixação de uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Chaves, porque o senhor Presidente da Câmara sempre defendeu que a comparticipação do Município deve ser 4%, devolvendo-se aos cidadãos 1%, aumentando-se, conseqüentemente, o rendimento disponível das famílias e a sua capacidade aquisitiva.”

8 – Fixação de Imposto Municipal de “Derrama” referente a 2017 e a cobrar em 2018. Proposta nº 21/GAP/2017

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Esta proposta que traz à Assembleia e que foi sufragada pela Câmara Municipal por unanimidade, é muito similar aquela que tem sido objeto de apreciação e votação em



anos anteriores. Vai no sentido de que não tenha impactos negativos relativamente à economia local, sobretudo às empresas que têm a sua sede neste concelho, não estando estas empresas sujeitas ao pagamento deste imposto adicional em sede de lucros de IRC. Nesta medida é uma proposta que tem todas as condições para ser acolhida favoravelmente, uma vez que a receita resultante deste imposto não tem sido relevante. É seu entendimento que deve ser mantida. Não sendo e não tem porque necessariamente ser uma receita consignada, mas mesmo assim é seu entendimento que a arrecadação deste imposto e de acordo com a nossa perspetiva e também com a proposta que apresentamos deveria ser alocada e aplicada sobretudo em duas grandes áreas: Área da proteção civil e área da intervenção da zona histórica. Deixando esta proposta à consideração dos membros da Assembleia Municipal para que façam a devida ponderação e se pronunciem sobre ela.

Não houve intervenções

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade

9 – Proposta de alteração do mapa de pessoal do Município de Chaves; - abertura de procedimento concursal comum, em vista ao recrutamento de 5 sapadores florestais, em regime de trabalho a termo incerto. Proposta n.º 24/GAP/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta para efeitos de ratificação, tem que ver com a tentativa de evitar a perda de financiamento que foi aprovado, para a constituição de uma equipa de sapadores florestais.

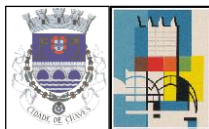
Em resultado de uma candidatura apresentada pelo anterior executivo, foi aprovada a constituição de uma equipa de sapadores florestais. Essa equipa tinha uma componente de meios, com a disponibilização de uma viatura, viatura essa que foi entregue ao município em agosto de 2017 e amplamente divulgada na comunicação social e redes sociais. O contrato tem um financiamento para a própria equipa, mas o executivo não procedeu ao recrutamento dos sapadores florestais. Perante esta situação, equacionou-se a solução mais adequada para garantir a operacionalidade desta equipa e ao mesmo tempo garantir que não se perdia o financiamento que é importante para a nossa proteção civil.

De forma excecional foi levada uma proposta à Câmara, para efeitos de alteração orçamental, e conseqüente alteração do mapa de pessoal, competências estas da Assembleia Municipal. A partir daí deu-se início a um processo concursal para contratação de 5 sapadores florestais. Em virtude desta urgência, solicitou à Assembleia a ratificação da presente proposta.

Intervenções

Manuel Justino Matos Cunha da CDU disse que o Grupo Municipal da CDU vai votar favoravelmente sobre este assunto e propôs que o mais tardar até abril haja um ponto específico na ordem de trabalhos sobre a questão da prevenção dos incêndios, onde se possam colocar as seguintes questões: qual o ponto da situação no concelho, quais as dificuldades, estruturas e o trabalho efetuado na prevenção dos incêndios. Referiu ainda que é necessário o envolvimento de todas as entidades.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade



10 – Desempenho das funções de Fiscal Único na Empresa “EHATB- Empreendimentos Hidroelétricos do alto Tâmega e Barroso, EIM, SA. Proposta nº. 25/GAP/17.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta. Esta proposta tem a ver com a designação de um fiscal único, na empresa EHATB. Trata-se de um procedimento recorrente todos os anos, tem que ser desempenhado por um Revisor Oficial de Contas, sendo apenas um para os municípios que integram esta empresa do setor empresarial local. São os 6 municípios do Alto Tâmega, fazendo todo o sentido que essa designação seja uma designação consensual. Para que o Revisor Oficial seja um só e, tendo em conta a consciencialização que houve no passado e que é desejada no futuro, propõe-se a continuidade do Revisor Oficial Único para exercer as funções de fiscal único da EHATB.

Não houve intervenções

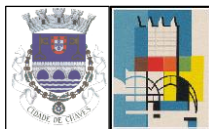
Posta à votação a proposta foi aprovada com 65 votos a favor, 3 abstenções e zero votos contra

11 – Celebração de Contrato-programa entre o Município de Chaves e a EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM. SA – ano 2018. Proposta nº 26/GAP/17.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta. A proposta que é aqui submetida aos membros desta Assembleia Municipal é um assunto que recorrentemente todos os anos é feito e está a ser feito para o exercício de 2018. É um contrato programa com a empresa EHATB e que permite desenvolver algumas atividades e ações, que possam ser financiadas através desta empresa intermunicipal, incorporadas e contabilizadas como um custo, sendo certo que as ações a desenvolver cabem no objeto social da referida empresa. No passado houve sempre um fechamento da informação relativamente às afetações por parte da disponibilidade gerada por esta empresa, sendo seu entendimento que para o ano de 2018 se faça uma distribuição mais transparente. Trata-se de um valor muito relevante de 800 mil euros que os municípios têm vindo a utilizar para o desenvolvimento de ações no seu território, seja na promoção e conservação de infraestruturas urbanísticas, ou no desenvolvimento local, é seu entendimento que a sua grande maioria dos recursos financeiros atribuídos à autarquia deveriam ser utilizados para a resolução rápida de duas ou três questões prementes do nosso concelho: limpeza urbana de carácter excecional, limpeza profunda e exigente na zona histórica limpeza de alguns passeios de arruamentos e mobiliário da zona urbana; intervenção nas vias municipais que se encontram degradadas e que terão de aguardar, pelo facto de não haver recursos financeiros que permitam efetuar este tipo de intervenções; prevenção rodoviária, é importante realizar, com a sinalização horizontal, marcação central, e deixando para o próximo ano o financiamento de várias feiras, designadamente a feira dos Sabores e a feira dos Povos Romanos. No seu essencial são estes os valores afetos, através do contrato programa com a EHATB, deixando esta proposta à vossa consideração.

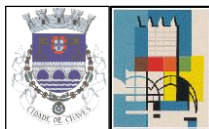
Intervenções

Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD disse que á semelhança do que tem acontecido em anos anteriores congratulamo-nos com a possibilidade do município de Chaves,



através dos rendimentos gerados pela empresa EHATB, poder financiar algum do investimento que considera relevante para o concelho. Considera que as atividades definidas para este contrato programa são de máxima relevância, nomeadamente a promoção urbana e rural, manutenção e conservação das infraestruturas urbanísticas que foram aqui referenciadas. No documento apresentado, as atividades foram discriminadas em projetos e ações, definindo o respetivo objeto de emissão, no entanto, o esclarecimento adicional que o senhor Presidente da Câmara aqui prestou não vem explícito no documento. Por isso pelo que, entretanto, foi aqui dito é sua opinião que o documento apresentado é vago e omisso nalguns aspetos, pois os projetos e ações são definidos de forma genérica, nada dizendo o que de concreto se pretende fazer e de que forma. Em relação à marcação e sinalização horizontal das vias, coloca as seguintes questões: todas as vias? apenas algumas? quais? requalificação dos espaços ajardinados? e que tipo de intervenção irá ser feita?. Da forma como o documento é apresentado dá a sensação que há uma delegação de competências em favor da empresa EHATB. No que concerne aos trabalhos em apreço, existem algumas dúvidas sobre as tarefas e responsabilidades das partes envolvidas. O que motiva esta indefinição é não haver um planeamento concreto para estes trabalhos ou se se considerou que não era relevante essa informação. É opinião do PSD que esta discriminação devia ser o mais clara possível, porque estamos a falar de funções afetas à responsabilidade municipal e, ao serem transferidas para uma entidade externa, deveriam ser mais claras de ambas as partes, para não suscitarem dúvidas futuras,

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** solicitou um pedido de esclarecimentos. A CDU sempre defendeu a Associação dos Municípios no aproveitamento dos recursos das regiões e não a alienação desse aproveitamento das empresas nas quais os municípios não decidem e foi essa, uma divergência em relação às Águas de Trás-os-Montes, pois trata-se de uma empresa em que os municípios estão associados. A sua primeira dúvida tem que ver com uma intervenção anterior do senhor Presidente da Câmara referindo que a empresa poderia ter prejuízos em 2017, e até a possibilidade de a Câmara ter que efetuar uma reposição de verbas em 2018, para compensar os prejuízos. Não sabe que peso tem a energia hidroelétrica na empresa, ficando com a sensação que grande parte dos empreendimentos já não tinha a ver com as hidroelétricas, mas sim com as eólicas e outros investimentos. Quanto à previsão para o ano que vem, e sabendo nós que há flutuações e que a tendência é que vai chovendo cada vez menos; e com o défice em que já vamos, as perspetivas para 2018 não são animadoras. A questão que colocou é a seguinte: se este contrato programa tem ou não a ver com os lucros da empresa, e em que medida estes contratos não dependem da situação financeira da mesma. Pareceu-lhe que a questão levantada pela deputada do PSD tem alguma razão de ser. Embora com o pouco tempo que este executivo leva à frente da autarquia não seja possível ter um detalhe dos programas que vão executar, será desejável que no futuro os contratos tenham maior detalhe e sejam mais concretos, para que se possa aferir aquilo que foi cumprido ou não, de forma democrática, que é depois a função desta Assembleia Municipal.



Júlio Eliseu dos Anjos Alves do **PS** cumprimentou os presentes e em relação a esta matéria disse que, tendo em conta as declarações dos senhores Vereadores, na Câmara Municipal, nomeadamente o senhor Arq.º António Cabeleira, ficou um pouco preocupado por ver como se consegue, de um momento para o outro, passar de uma opinião de oito para oitenta. Referindo-se à posição do PSD nesta matéria, pelo facto de solicitarem uma proposta “melhor objetivada” disse que, há cerca de dois meses atrás o senhor Arq.º António Cabeleira era o Presidente da Câmara Municipal e coloca-lhe a seguinte questão: como se procedia nessa altura em relação às transferências da EHATB?

Considera importante que todos percebam que as transferências das referidas verbas para as associações, na sua opinião, eram feitas sem controle, através das Juntas de Freguesia e posteriormente para as associações.

Congratula-se com esta proposta por parte desta Câmara no sentido da transparência e que os membros desta Assembleia saibam claramente onde as verbas são gastas e qual o seu destino. Referiu ainda aqui que podiam ter sido identificadas todas as vias e é seu entender que seria o trabalho mais correto, mas por falta de tempo não foi possível fazê-lo.

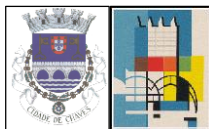
Pela leitura das atas da reunião da Câmara, verifica-se uma afirmação do senhor Arq.º António Cabeleira em relação à freguesia de São Pedro de Agostém, relacionada com uma obra em que foi afetada uma verba superior a 60 mil euros e que a Câmara na altura terá assumido o compromisso de pagamento de 60% dessa obra, junto da Junta de Freguesia. Quando questionado sobre o assunto, o senhor Arq.º António Cabeleira, referiu que “o compromisso assumido pelo município sobre a matéria centrou-se exclusivamente na tentativa de obtenção de financiamento da referida obra pública”. Por esta resposta vaga, vemos que ao mudar-se de lugar, muda-se de opinião.

Congratula-se com esta mudança de estratégia do atual executivo, em que há transparência nas verbas que são provenientes da EHATB e que tem que ser claramente escrutinadas, quer por esta Assembleia Municipal, quer pela sociedade civil.

O senhor **Vereador António Cândido Cabeleira** pediu a palavra em defesa da honra e foi-lhe de imediato concedida.

Começou por cumprimentar todos os presentes e pede para invocar a defesa da honra, na medida em que o seu nome foi aqui indevidamente referenciado e não foi devidamente esclarecido. Trata-se de um caso concreto mencionado numa ata da reunião de Câmara. Reforçou a sua intervenção relacionada com a freguesia de São Pedro de Agostém, em que assumiu o compromisso com o anterior Presidente da Junta, que através da empresa referida lhe seria transferida a verba necessária para realizar a obra em questão. A transferência não se concretizou na íntegra pelas razões aduzidas pelo senhor Presidente da Câmara. Uma parte foi transferida em 2017 e o restante iria ser transferida em 2018.

Em relação à EHATB, o que no passado era feito, no presente vai ser feito de igual modo, porque o senhor presidente da Câmara já aqui referiu que a verba que cada um dos municípios tem disponível é de 800 mil euros e em contrato programa temos aqui 600 mil, o que quer dizer que ficam 200 mil euros para que atribuir subsídios, quer às Juntas de Freguesia, quer a outras associações. A verba de 200 ou 300 mil euros



cabará ao senhor Presidente da Câmara, no seio da EHATB, definir a quem vai atribuir, não sendo assim tão grande a diferença de procedimentos.

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS/PP** disse que o senhor Presidente da Câmara no que respeita ao ponto n.º 1 desta sessão da Assembleia, manifestou a sua preocupação em relação à situação financeira da empresa EHATB, partilha também desta preocupação. Sendo que a sua preocupação não tem ressonância na prática dos acionistas. Os acionistas da EHATB, não fosse ela uma empresa intermunicipal do Alto Tâmega, só têm preocupação na exigência de contrapartidas, mesmo perante o cenário apresentado. A empresa apresenta prejuízos o que pode pôr em causa a sua sustentabilidade. Por isso, partilha das críticas passadas, de que a empresa deveria cingir-se ao objeto social e não em obras e eventos que não fazem parte do seu plano de atividades, que são as energias renováveis e eficiência energética. Gastam-se os rendimentos da EHATB em obras que são competências das Câmaras, por muito úteis que sejam. Temos em conjunto que repensar o futuro da empresa e reestruturá-la. Dada a situação financeira da empresa segundo informação do senhor Presidente, não poderemos votar a favor desta proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu aos senhores deputados.

Em 1.º lugar referiu que o prejuízo da empresa, no ano de 2017 é provável, mas não está claramente definido. Mesmo que o prejuízo se verifique, situação económica financeira é sólida demonstrando elevada rentabilidade e que estes contratos com as Câmaras Municipais respeitam, na íntegra, o objeto social da empresa não existindo nenhuma situação de ilegalidade. Quanto aos resultados da empresa, a relevância da componente hídrica, nomeadamente na mini-hídrica das Bragadas, tem uma importância grande nas receitas da empresa, comparativamente com a componente eólica.

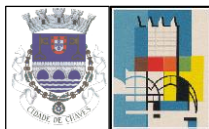
Quanto à questão levantada pela deputada Ana Coelho, por não se encontrarem devidamente discriminadas as ações a desenvolver, é sua opinião que a EHATB, pode executá-las não vendo nisso qualquer inconveniente. Existe relação de colaboração técnica entre os acionistas e a empresa nestes domínios. De futuro pode proceder-se a uma maior discriminação.

Ana Maria Rodrigues Coelho do **PSD** pediu a palavra para esclarecer que as ações de carácter cultural estão devidamente discriminadas e que a sua intervenção apenas visava os jardins, espaços ajardinados e marcação de ruas. Pela falta de esclarecimento em relação a estas ações o Grupo Municipal do PSD vai abster-se neste ponto.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 40 votos a favor, 24 abstenções e 1 votos contra.

O senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** apresentou declaração de voto.

“A CDU gostava de voltar a salientar em 1.º que é possível aproveitar os recursos de Chaves e do Alto Tâmega através de empresas que associem os municípios. 2.º ponto, é pena que os mecanismos e as leis que vão impondo de enquadramentos que não



sejam muito mais simples. A Câmara de forma mais transparente assumir o pacote e o destino e tenha tudo se ter resolvido e isso não é responsabilidade de todo da câmara, através depois de um conjunto de mecanismos que nos parecia mais lógico que há um pacote de investimento, se a empresa é detida pelas autarquias parecia-nos normal que esse pacote fosse utilizado com autonomia da autarquia e não através de contratos programa em que autarquia contrata empresa que depois a empresa contrata com empresas privadas que depois vêm fazer o assunto, mas isso também entendemos que não é responsabilidade da Câmara e deste executivo.”

12 – Celebração de contrato-programa entre os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e a EHATB- Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM SA – ano 2018. Proposta nº. 27/GAP/17.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta. Este também é um contrato programa a celebrar com a EHATB. Se o anterior era com o município de Chaves exclusivamente, este tem a particularidade de envolver todos os municípios do Alto Tâmega, ou seja, são as ações conjuntas, iniciativas intermunicipais, que foram consideradas relevantes. Encontram-se identificadas e não têm grande expressão financeira, na perspetiva de promoção e divulgação.

Intervenções

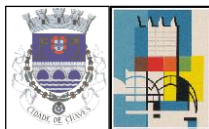
Carlos Afonso de Moura Teixeira do **PSD** cumprimentou todos os presentes e apresentou felicitações pelo início de mandato. Desejou os maiores sucessos ao senhor Presidente, referindo que os seus sucessos também serão os dos Flavienses. Receia que esta empresa esteja a ser desequilibrada nos seus recursos e que deve existir, por parte dos seus acionistas preocupação com a sua atualização tecnológica. Referiu duas orientações estratégicas que devem ser seguidas: a 1.^a que assegure recursos suficientes para a referida atualização, visto que a componente da energia é de muito rápida evolução. Referiu ainda que no futuro os recursos devem ser repensados e aplicados em medidas de adaptação às alterações climáticas, na segurança do abastecimento de água, no combate aos fogos florestais e noutras atividades estratégicas que possam ser financiados por programas comunitários.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor deputado. Registou com agrado esta sugestão e contributo. Sendo verdade que essa perspetiva estratégica e sobretudo de locação de recursos deve ser tida em consideração. Partilha na íntegra dessas preocupações e fará a discussão no sentido de acautelar o futuro, das questões tecnológicas e também as alterações climáticas.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 59 votos a favor, 1 abstenção e zero votos contra.

Foi feito um intervalo para almoço. Os trabalhos foram retomados às 14 horas.

Antes de retomar os trabalhos pediu a palavra o membro da Assembleia, **Cláudia Quitério Bento**, que fez um apelo no sentido de se recolherem apoios para uma família



carenciada com residência na Pastoria e que a situação ficou agravada por um acidente (incêndio verificado na sua habitação). Necessita urgentemente de apoio a nível monetário de vestuário e produtos alimentares.

Surgindo a dúvida de quem procederia à coordenação dos meios, foi a Assembleia informada que agrupamento de escolas António Granjo que ficaria responsável pela recolha dos donativos.

De seguida falou o senhor **Presidente da Câmara** referindo que já tinha conhecimento da situação, e que a mesma seria mais delicada, nomeadamente ao nível da habitação. Referiu que dentro do quadro regulamentar que existia, iria tomar medidas ao nível da reparação da habitação e que os serviços de ação social da Câmara, fariam uma ação concertada dos apoios e contribuições resultantes deste apelo.

13 – Atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesias do Concelho de Chaves, com escolas do 1º ciclo e Jardins-de-infância, para expediente e limpeza e outras despesas - ano letivo 2017/2018. Informação nº142/SE nº84/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** sobre esta proposta disse que é igual à apresentada em anos anteriores. Com a mesma pretende-se corrigir, de alguma forma, uma injustiça relativamente à assunção das despesas de funcionamento das escolas do 1º ciclo e jardins de infância, nomeadamente expediente e limpeza, sendo que, legalmente é uma competência atribuída às juntas de freguesia, quando verdadeiramente deveria ser dos municípios. Certo é que iremos continuar com este apoio.

Não houve intervenções

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

14 – Junta de Freguesia de Santo Estevão – apoio financeiro relativo ao ano letivo 2017/2018. Informação nº162/SE nº91/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** sobre esta proposta disse que é uma proposta em todo idêntica à proposta que foi apresentada no ano anterior. Refere-se à participação por parte do município, dos encargos relacionados com despesas de pessoal da Junta de Freguesia de Santo Estevão, que dá apoio no período das refeições na escola do 1º ciclo e de pré-escolar.

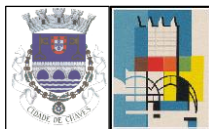
Não houve intervenções

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade

15 – Modificação por revisão orçamental aos documentos previsionais – 2017. Informação/proposta nº 22/DGF/17.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** sobre esta proposta disse que os documentos em anexo visam efetuar uma revisão orçamental, e que contêm um conjunto de classificações orçamentais, ações e projetos identificados, visando a diminuição, ou a redução do valor e, nalgum caso, da anulação de dotações. Também visam criar num



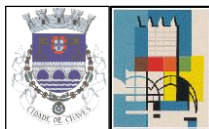
aspecto particular, criar rubricas do FAM – aplicação que foi feita obrigatoriamente pelos municípios, visando um conjunto de projetos e ações que não foram executados em 2017, visando uma taxa de execução mais elevada.

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade

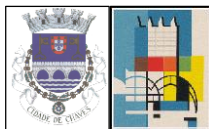
16 – Aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018. Aprovação do mapa de pessoal, ao abrigo da lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela lei 35/2014, de 20 de junho. Proposta nº29/GAPV/2017.

O senhor **Presidente da Câmara** procedeu à apresentação da proposta, referindo que mesma diz respeito aos documentos previsionais para o próximo ano, relativos aos orçamentos da Receita e da Despesa e, também às Grandes Opções do Plano. Como podem concluir os partidos que receberam os documentos, ainda em fase do exercício de direito de oposição, a expressão que diz respeito às ações e projetos que constam do PPI, muitos dos quais na sua grande esmagadora maioria, são a continuidade dos projetos e ações que vinham a ser executadas pelo executivo anterior, sendo inevitável, porque as ações e projetos são quase exclusivamente financiados por fundos comunitários. Desenvolvendo-se o Quadro Comunitário desde 2014 a 2020, verifica-se uma grande incidência e uma componente de execução muito relevante no final de 2017, 2018, 2019 e 2020. Outro aspeto importante a considerar é que muitos dos projetos a que a Câmara se podia candidatar a fundos comunitários o prazo para apresentação é dia 31 de dezembro. O portefólio de projetos que estavam uns em execução e outros identificados como sendo as ações a desenvolver, para os anos subsequentes; da avaliação que se efetuou, e não concordando integralmente com as soluções que alguns deles materializam, a opção era apenas uma de duas vias: ou a sua não apresentação, o que implicaria a perda de seu financiamento pelo facto de não se poderem substituir, ou proceder à sua substituição, ainda que fosse com projetos de idêntica tipologia na mesma área, na mesma linha prioritária. Em face dessa avaliação e o exercício que fizemos face ao PPI, e sobretudo face ao orçamento, dava um desequilíbrio orçamental na ordem dos 7 milhões de euros, sem que nesse exercício inicial tivéssemos inscrito nenhuma ação, que consta do nosso programa eleitoral. Daqui se conclui que este orçamento que hoje é aqui votado, tem ações novas da responsabilidade deste executivo que não superam 1% daquilo que é o valor do orçamento, que são 43 milhões. Estamos a falar das Grandes Opções do Plano que são fortemente condicionadas pela estratégia e prioridades definidas pelo anterior executivo, sobretudo no PPI, e que são financiadas por fundos comunitários através do Programa Operacional Regional do Norte, Portugal 21 e que estão verdadeiramente definidas e comprometidas. A estratégia definida quanto aos projetos e ações integradas, sobretudo nas ações do PAMUS, contribuem de forma decisiva para que não possam ser incluídas novas ações. Todos os projetos que foram apresentados no âmbito do PAMUS têm uma taxa de financiamento do orçamento municipal que supera nalguns casos os 60%, fazendo com que toda a estratégia, todo o desenho orçamental e toda a definição de prioridades que nós gostaríamos de fazer para os 4 anos, vão seguramente ficar condicionadas, limitadas para os dois últimos anos. Mesmo não introduzindo ações novas, projetos, só fazendo a identificação da receita corrente e despesa de capital no que diz respeito aos projetos financiados, há um desequilíbrio manifesto. Ficando aqui o registo que, pese embora, o esforço no sentido de garantir sob o ponto de vista forma, cumprindo as regras previsionais, o equilíbrio orçamental, ainda assim podemos no mês de maio ou junho ter que visitar estes documentos



previsionais no sentido de fazer uma revisão, porque podemos chegar à conclusão que efetivamente há projetos com uma componente própria, onde há a necessidade de fazer essa ponderação e equacionar se os podemos ou não fazer, porque poderemos não ter capacidade de financiamento para os comprometer. Com estes condicionalismos, com este enquadramento e contexto, o próximo orçamento só pode ser na proporção de 1% deste novo executivo municipal, porque todas as ações dizem respeito ações que não poderiam ser substituídas, já que tudo tem que ver com investimento. A única opção era fazer, ou não fazer, não era substituir e, de acordo como foi feita a programação, tendo como o horizonte temporal 31 de dezembro, naturalmente o executivo que viria a ganhar as eleições não teria tempo e capacidade de apresentação de candidaturas. Algumas candidaturas que já estavam identificadas, sobretudo a nível de ideia, vão ser apresentadas até 28 de dezembro e para o efeito foi criada uma equipa de missão, com todos os recursos técnicos da Câmara, para que o objetivo fosse cumprido. As únicas novidades que este orçamento tem para 2018, são as seguintes: dotação para uma proposta que fizemos no âmbito da coesão territorial, em nome do equilíbrio e de uma discriminação positiva; numa atenção particular para o mundo rural; e para a relevância ambiental, económica e social; temos inscrito uma verba de 71 mil euros para apoio à produção pecuária. Temos também inscrito uma ação que representa 121 mil euros, que tem que ver com a requalificação da área entre o limite do concelho de Montalegre e de Chaves que, neste momento está a ser alvo de uma grande intervenção na estrada municipal. Entende que, por razões de interesse do município de Chaves e com a centralidade que quer em relação aos concelhos vizinhos, só poderá verificar-se efetivamente se tivermos acessibilidades. De qualquer forma pretende dar-se um sinal claro aos territórios, sobre os quais pretendemos ter ascendência e capacidade de atração, de que estamos interessados na valorização e na criação de uma referencia sub-regional. Dotar financeiramente o projeto que tem a ver com a criação e formação de técnicos superiores a nível da área de investigação, em áreas que nos são caras e prioritárias, era uma ação que vinha do anterior executivo e com a qual concordamos e também faz parte do nosso programa. Entende que as ideias que são partilhadas por outros partidos, não são necessariamente más. Por isso dotamos com 40 mil euros esta ação, que é uma ação nova. Disse também que vai fazer a contratação da equipa de sapadores florestais e contratar 10 assistentes operacionais para limpeza e jardins. No ano de 2018 teremos que dar resposta aos incrementos remuneratórios, que decorrem do reposicionamento que estão previstos no Orçamento Geral do Estado, com mais 130 mil euros e, por fim, efetuar contratação de um conjunto de técnicos para dar resposta a um projeto que vinha sendo desenvolvido de intervenção na escola, integrado naquilo que é o pacto do Alto Tâmega e que vai representar a contratação de 20 ou 21 técnicos, alguns dos quais superiores, e que naturalmente vai ter um custo significativo, sendo certo que essa despesa vai ter uma participação de 100 mil euros. A despesa com o pessoal naturalmente cresce para o ano de 2018, mas cresce em resultado das circunstâncias anteriormente referidas. Irá manter um compromisso de coesão territorial e solidariedade institucional com as freguesias, mantendo, por isso, o mesmo nível de financiamento para investimento que foi feito em 2016, e que representa um esforço suplementar de 700 mil euros. Relativamente aos juros e serviços de dívida, apesar de ser certo que o valor dos juros tem vindo a diminuir desde 2016, a previsão para 2018, embora bastante menor, ainda assim, as amortizações e juros representam 3,5 milhões de euros, custo que continua a ser muito relevante. Se não fosse o desequilíbrio verificado na gestão passada provavelmente, no próximo ano, poderíamos fazer investimentos nos tais 25 compromissos. A proposta que fazemos de aprovação destes documentos previsionais é numa lógica de responsabilidade e de continuidade.

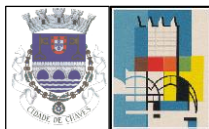
Não se percebe o voto contra do PSD num orçamento que é 99% da sua autoria.



Intervenções

Ana Maria Rodrigues Coelho do **PSD** disse que depois de um mandato marcado pelas críticas da oposição às opções estratégicas do executivo de então, condicionadas pela crise que afetou o país e a transição de um quadro comunitário e pela necessidade de recuperação financeira do município, o atual executivo criou expectativas de viragem aos cidadãos flavienses. Após a leitura de um discurso moralizador, as maravilhas económicas que o governo nacional prevê operar e sobre as muitas promessas eleitorais, o documento apresentado é algo dececionante. Não é inovador e não vai ao encontro das expectativas que foram criadas aos cidadãos, não clarifica a estratégia pretendida para o concelho, limitando-se a elencar o que já estava no manifesto do PS e as linhas estratégicas que define, nesse mesmo manifesto, e que depois não têm eco no Orçamento da Despesa. Uma análise detalhada da GOP mostra que, para além dos projetos aprovados e com financiamento garantido, que transitam do executivo anterior, pouco mais acrescentam. Pelo contrário algumas iniciativas até agora realizadas não se vislumbram no documento e a este propósito gostaríamos de saber se iniciativas como: o Festival Identidades, o Encontro de Escritores, o Encontro Fotografa, que têm vindo a crescer e a ter um impacto positivo na atividade socio cultural do município, se irão manter neste ano que vai começar?

Postas estas considerações gerais, importa destacar que o orçamento da receita prevê arrecadar 43 milhões e meio de euros, que correspondem a mais de 12,5% do ano anterior, valor que julgamos algo fantasioso e empolado. O anexo V que foi distribuído com o PPO 2018 tem uma programação orçamental de receita para 2019 e 2020 inferior em mais de 7 milhões e meio de euros a este valor. As críticas, dúvidas e suspeições que foram levantadas em anos anteriores quanto à cobrança das taxas de ocupação de subsolo, espaço aéreo e respetivos juros moratórios, agora serviram ao novo executivo para dar cabimento orçamental para o empolamento que foi necessário neste orçamento. No que toca à rubrica de impostos, surpreende ou não que a taxa de IMI não tenha sido reduzida para o mínimo anunciado, e que não tenha sido prevista a devolução aos contribuintes de 1% do IRS. Registamos ainda que se prevê um aumento da receita orçamentada com a água, saneamento e resíduos sólidos, quando o compromisso foi da redução de 10% dessas tarifas ainda que até ao final do mandato. Do ponto de vista da receita, resta destacar um aumento superior a 19% das verbas provenientes dos fundos comunitários de projetos já anteriormente aprovados e candidatados que, em muitos caso, este plano adia para 2019 e seguintes no que toca à execução. Relativamente à despesa, apesar da anunciada poupança corrente, verificamos que todas as rubricas de despesa têm uma previsão de aumento em 2018, à exceção de juros e encargos, onde está estimada uma redução na ordem dos 45%, sendo assinalável a redução que é proposta. Neste âmbito destacamos um aumento sofrido com as despesas de pessoal, havendo um desvio na tendência decrescente que vinha a ser seguida nos últimos 4 anos. Fazendo uma análise atenta dos documentos verifica-se que existem rubricas em que o valor é manifestamente insuficiente para fazer frente ao trabalho subjacente, nomeadamente, no que respeita à aquisição de viaturas, de máquinas, pavimentação de passeios, gestão e distribuição de água, modernização da rede de saneamento, criação e beneficiação de espaços verdes, requalificações de estradas. A juntar a estas temos ainda um conjunto de



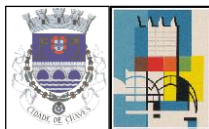
promessas que não foram referenciadas nos documentos, como a requalificação e beneficiação ambiental do rio Tâmega, construção das praias fluviais de Chaves e Vidago, requalificação do antigo Cine - Teatro, centro de ciência viva, pavilhão multiusos, palácio de água, piscina municipal – 1ª fase, até ao final do mandato, cuja verba inscrita é unicamente para pagar o projeto. Não podendo realizar tudo num ano, podem dar-se indicações, relativamente à estratégia que o município pretende seguir. Não se pode ainda invocar a herança que se recebeu, todos os executivos recebem heranças e a que este recebeu não era desconhecida para quem esteve nesta Assembleia em anos anteriores. Além disso o senhor Presidente da Câmara é conhecedor, até pelas funções que exerceu anteriormente, das obrigações associadas aos projetos comunitários financiados, nomeadamente ao PAMUS.

Face ao exposto, o Grupo Municipal do PSD não vai aprovar um orçamento, que não aumenta o rendimento disponível das famílias, revela falta de definição nas prioridades de investimento visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, não planeia no sentido de incentivar e promover a fixação de pessoas, particularmente dos jovens, e não se preocupa com os idosos, não sustenta um verdadeiro plano e projeto político para o concelho, limitando-se a implementar um conjunto de medidas que foram herdadas e não correspondem à sua estratégia, não incorporam os contributos que foram apresentados pelos Vereadores do PSD, muito em particular para o orçamento da receita, e revela uma proposta sem visão de futuro e sem capacidade de transformação da realidade. Assim e com a ponderação que foi dada e que os documentos merecem, tendo em consideração os superiores interesses dos nossos concidadãos e do município, os membros da Assembleia Municipal eleitos na lista do PSD votam contra estes documentos previsionais.

Gonçalo André do Nascimento Alves do **CDS/PP** cumprimentou os presentes e disse que as circunstâncias financeiras da autarquia não são favoráveis, após a dívida acumulada nos mandatos do Dr. João Batista e o ímpeto construtivo ou destrutivo, conforme o ponto de vista, no último ano de mandato do anterior executivo, explanado no buraco orçamental apresentado nos documentos de execução orçamental, o novo executivo liderado pelo Dr. Nuno Vaz apresentou perante esta Assembleia as suas escolhas para o próximo ano e deu pistas importantes em relação ao que serão os próximos anos do mandato socialista.

Referiu que se alguém esperava um orçamento para “acordar Chaves” ou “despertar Chaves”, não vai acontecer. Perante os dados apresentados, o programa eleitoral do PS não se vai concretizar. O que de mais relevante acontecerá é o aumento da despesa, em tudo o resto é muito semelhante. Centrando a análise nos documentos submetidos à aprovação pela Assembleia Municipal, vê-se, que no lado da receita a redução da carga fiscal é diminuta ou nula e os custos suportados pelos flavienses na água, saneamento e lixo serão constantes em 2018. Não se prevê uma evolução positiva no que toca ao licenciamento zero, e duvida se a taxa de ocupação do subsolo foi insuflada. Deixa uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara: como vai cumprila?

No lado da despesa, insiste em dar continuidade a investimentos errados, como o Centro Coordenador de Transportes, situado no extremo da malha urbana da cidade. Se pretender não levar avante este projeto, ainda que perdendo verbas



comparticipadas, terá a sua aprovação. Grandes promessas de obras como a piscina municipal e o Pavilhão Multiusos, desapareceram deste orçamento, tal como as verbas para a execução do orçamento participativo.

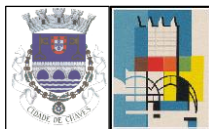
Solicitar a participação, intervenção cívica dos cidadãos e não incluir no orçamento nenhuma das suas propostas, não é correto.

Continuando no lado da despesa, em relação à aquisição de duas habitações por ano no centro histórico, e segundo explicação do senhor Presidente, esta medida é simbólica e serve para gerar dinamismo na reabilitação urbana naquela área da cidade. No entanto o seu simbolismo perde-se nos conceitos económicos de distorção do mercado, especulação e expropriação, pois com o valor orçamentado de 80 mil euros, é desvalorizar o seu valor.

Refere que seria melhor aprofundar os incentivos disponibilizados em sede da ARU, nomeadamente em comparticipação na realização de benfeitorias, na isenção de taxa de ocupação de superfície, de subsolo ou de espaço público para a execução de obras, manutenção, restauro, apoio aos jovens ou a criação de um balcão da rede da reabilitação que agilize o processo burocrático, como por exemplo, a ARU de Cacilhas em Almada.

No geral temos dúvidas sobre a exequibilidade dos documentos previsionais apresentados, embora, a situação atual da Câmara não permita mudanças no rumo, nomeadamente pelos compromissos anteriormente assumidos e que são alheios a este executivo. Tomando em consideração as condicionantes existentes e num ato de boa vontade e de benefício de dúvida, o Grupo Municipal do CDS/PP indica que se absterá na votação do orçamento.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** reafirma que é difícil entender a surpresa de um novo executivo perante a situação dos compromissos. Há vereadores na Câmara, há câmaras municipais onde também há projetos plurianuais de investimento, quadro 20/20, ou seja, as expectativas que os compromissos e projetos introduzidos pelo executivo anterior geravam compromisso de despesa nos anos seguintes, parece-lhe uma evidência. O mesmo aspeto se coloca no grau de comparticipação dos fundos comunitários, se é extensível a toda obra ou só a uma parte da obra, o que acredita que seja comum a todos os projetos de todas as câmaras do País. Sendo certo que o PS fez uma campanha eleitoral e este orçamento mostra o grau de demagogia com que foi feita a campanha, com uma dinâmica, que agora quando se elaborou este orçamento, quase desapareceu por completo, podendo encontrar-se as justificações, nas dificuldades orçamentais e que deveriam ser perceptíveis antes. Segundo aspeto é o de tentar um equilíbrio no qual se revê pouco e pensa que por um lado não há dinheiro para realizar obra e por outro lado não se cumpre a redução do IMI, mas cumpre-se um pouco, ficando por explicar se não seria mais útil para o conjunto da população, que se tivesse mantido por uma questão de equilíbrio orçamental, encontrando aí recursos para efetuar uma intervenção adicional, levando a que se tenha levantado a hipótese de se fazer um orçamento retificativo, já para o mês de maio. Existem aspetos que vão ser de difícil concretização, joga-se na contradição, ou seja, ao mesmo tempo, para não se perder os apoios por completo. O senhor Presidente da Câmara ao salientar a contradição do PSD que está a votar contra um orçamento que no essencial é um arrastamento que vem do executivo anterior, mostrando que por es



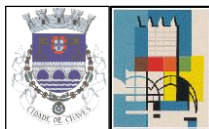
sa razão não há capacidade de mudança do orçamento, entende que então, mais valia não se ter procedido à redução do IMI neste 1.º ano, obtendo assim um financiamento adicional.

As populações perceberam e votaram numa mudança, mas convenhamos que este orçamento não traduz, nomeadamente, na criação dos 500 postos de trabalho. Embora se veja no orçamento algumas mudanças, como por exemplo, a equipa de sapadores florestais e os técnicos para o projeto de recuperação do insucesso escolar. Falou-se na recuperação do rio Tâmega, como bandeira eleitoral que não se traduz, também, neste orçamento. Não se vê qualquer pista ou início dos caminhos que possam acomodar os compromissos eleitorais. As soluções de desenho orçamental aqui apresentadas não diferem, ou diferem muito pouco, das apresentadas pelo executivo anterior.

Pedro Miguel Vieira Miranda do PSD começa por cumprimentar os presentes e na pessoa do senhor Presidente da Mesa da Assembleia todos os membros da mesa, o senhor Presidente da Câmara Dr. Nuno Vaz, senhores vereadores e todos os membros desta Assembleia. A sua intervenção prende-se com o programa eleitoral do PS onde constava um reforço do apoio aos estudantes do ensino superior e que no orçamento para 2018 este assunto não consta. Sendo assim, perguntou ao senhor Presidente da Câmara: haverá ou não esse reforço para os jovens flavienses que estão no ensino superior, quantos mais serão e em que termos serão apoiados por esse reforço, e quando? Não quer acreditar que este assunto deixou de ser uma prioridade da Câmara e muito menos que tenha sido somente tratado durante a campanha eleitoral.

Fátima Liliana Fontes Correia do PS começou por cumprimentar o senhor cumprimentar os presentes e na pessoa do senhor Presidente da Mesa da Assembleia todos os membros da mesa, o senhor Presidente da Câmara Dr. Nuno Vaz, senhores vereadores e todos os membros desta Assembleia.

Disse que ouvidas as várias intervenções lhe pareceu que o mundo vai acabar amanhã e que o mandato não é de 4 anos, devemos ter calma e deixar que as coisas decorram naturalmente. Também lhe causa impressão a posição tomada pelo PSD, que já manifestou a intenção de votar contra este orçamento, uma vez que estamos perante um orçamento que em 99% está comprometido com as opções tomadas anteriormente, e que, sendo assim, estão a votar contra aquilo que propuseram e aprovaram. A margem para introdução de novas medidas é naturalmente muito reduzida. Dar nota e vir julgar o PS, por no seu 1.º orçamento, após ter tomado posse apenas há dois meses, não inscrever todos, e sublinha todos os seus compromissos eleitorais, é de facto um ato de muita coragem para quem durante 16 anos prometeu um rol de investimentos e que nunca cumpriu e que nunca constaram dos orçamentos, nomeadamente, Pavilhão Desportivo, Pavilhão Multiusos, Piscina Olímpica, Centro de Estágio Desportivo em Vidago, construção de Ramal Ferroviário que liga Chaves a Rede Ferroviária Espanhola, Túnel do Monumento. Não se pode fazer uma avaliação de um mandato logo no seu 1.º orçamento. Embora não seja o orçamento desejado, é seguramente o ponto de partida para que tal aconteça. Lendo com atenção os documentos que compõem o orçamento, nomeadamente o relatório da proposta do orçamento, verifica que todos os compromissos que o dr. Nuno Vaz e o Partido Socialista se encontram

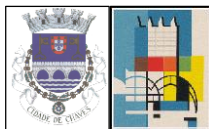


inscritos nas prioridades estratégicas do município, para o novo ciclo de desenvolvimento de 2018/2022, não estão esquecidas, nem omitidas, antes pelo contrário estão todas presentes. Por estas razões, pelos sinais que estão presentes, embora com diminuta margem de manobra neste orçamento comprometido, tais como, baixar progressivamente a taxa do IMI, o apoio à produção Pecuária, iniciar a requalificação da estrada que liga Chaves a Montalegre, a aquisição de duas casas no centro histórico, são de facto indício de que devemos ter esperança e confiança neste executivo. É com esta confiança que o Grupo Municipal do PS aprova e votará favoravelmente este orçamento.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Começou por referiu-se à intervenção da deputada Ana Coelho do PSD, apresentando-a como uma intervenção previamente definida e anteriormente apresentada pelos vereadores na Câmara Municipal, não resultando assim da discussão neste órgão e por isso não avaliou, não recolheu, não interpretou e não acolheu muita da informação aqui produzida. Como tal, traduz-se num documento que não tem muito a ver com o que aqui se passou. As dúvidas suscitadas no preambulo não são compreensíveis porque este é um preambulo parecido com o que se fez no ano passado e tais dúvidas não lhe surgiram, nem foram objeto de quaisquer comentários. As considerações feitas no enquadramento macroeconómico nacional são aquelas que estão espelhadas nos documentos oficiais de nível nacional.

O que o PSD está a exigir a este executivo em dois meses, não foi capaz de o fazer em 16 anos. Não estávamos à espera que o PSD se manifestasse deste modo logo no 1.º orçamento, talvez se abstinhasse porque na sua essência é um documento que traduz as opções e prioridades estratégicas do anterior executivo. Seria exigível que a este executivo municipal tivesse já desenhado todas as opções estratégicas para o próximo período e devia fazê-lo sem ter os instrumentos financeiros para implementar essas medidas? Não se pode esquecer que quaisquer iniciativas, decisões que digam respeito às opções estratégicas, têm que ser acomodadas financeiramente e o instrumento fundamental para a concretização dessas políticas e opções são os fundos comunitários. E a verdade é que foi o executivo municipal anterior que desenhou a afetação dos fundos para este quadro comunitário 2014/2020. Entre o apresentar e não apresentar, embora nem todos os projetos estejam aprovados, não temos oportunidade de os reformular. Veremos se no próximo semestre, nos for permitido essa opção e então solicitaremos à CCDRN e ao Ministério do Equipamento a prorrogação do prazo do aviso para olharmos para os projetos e verificarmos se podemos fazer algum ajustamento ou não. Já procedemos a dois ajustamentos: na Avenida Antunes Guerreiro e no que diz respeito aos investimentos que vão ser feitos no Jardim de Bacalhau, no Centro Cívico, no Centro Ecuménico, projeto este que não tem financiamento nenhum. Não é elegível. As críticas do PSD devem ser entendidas como críticas às opções estratégicas do anterior executivo. Trata-se de um voto incoerente e inconsistente, traduzindo-se numa contradição insanável: ou as opções anteriores não eram do vosso agrado e deviam ter votado contra; ou agora estão de acordo com o alinhamento feito antes, e deveriam votar a favor.



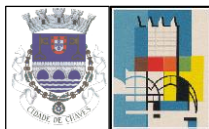
Este não é o nosso orçamento, naturalmente, também é verdade que o mandato para o qual fomos eleitos e que os cidadãos nos confiaram não foi apenas para um ano, estando aqui a passar a ideia de que o PS tem que conseguir concretizar os seus projetos logo no 1.º ano, logo a seguir às eleições. Sabendo todos nós e de acordo com vários estudos sobre o assunto, que este primeiro ano é sempre um ano muito exigente, o ano para pagar dívidas. E não há dúvidas que 2018 vai ser um ano para pagar muitos milhões de encargos e compromissos que transitaram de 2017 para 2018. As promessas quanto à criação de postos de trabalho não se referem a emprego público, mas sim privado, reafirmando aqui o compromisso, de fomentar a criação de 500 postos de trabalho. O PSD em 16 anos duplicou a despesa com o pessoal, não duplicou o número de postos de trabalho, mas sim a massa salarial. Como representante da Câmara Municipal de Chaves, nessa perspetiva todas as obrigações assumidas pelo anterior executivo municipal, serão legitimamente cumpridas por este executivo.

Em relação ao deputado Gonçalo Alves referiu que compreende e respeita, a posição aqui assumida, mas não partilha a visão ideológica, naturalmente, de algumas opções que aqui manifestou. Referiu que o licenciamento zero não foi esquecido, este não necessita de dinheiro, necessita sobretudo o balcão. Todas as medidas de simplificação administrativa necessitam apenas de reorganização administrativa e com os recursos que temos, conseguimos melhorar a eficiência administrativa e reduzir os prazos de resposta.

Dizer ainda que algumas opções expressas designadamente no PPI, o Centro Coordenador de Transportes, é um dos projetos que tem algumas dúvidas e que gostaríamos de visitar, mas o que fizemos foi, em vez de o eliminar agora, durante o próximo ano iremos analisar e discutir com os operadores, se efetivamente os operadores que estão no mercado veem interesse nesta solução, cuja expressão financeira no PPI, está apenas prevista para o ano de 2019.

De seguida referiu-se a vários projetos que constam do programa eleitoral, os quais não beneficiam de financiamento logo no primeiro e ainda sobre as regras do equilíbrio e as questões do subsolo. Provavelmente alguma da receita que está inscrita na taxa de subsolo não vai conseguir-se arrecadar, sendo certo que fez uma coisa essencial; sendo os valores inscritos o resultado de dois princípios: inscreveu os valores que dizem respeito a uma sentença que está julgada e é irrecorrível, valor este que vai ter de ser cobrado. Inscrevemos também todas as decisões judiciais que são favoráveis ao município. Os restantes 12 milhões que têm sido objeto de liquidação e que nunca forma cobrados, continuam a não ser incluídos na receita previsional, mas sim classificados como de cobrança duvidosa. O critério é este e é o que vamos explicitar às entidades, Tribunal de Contas, Finanças e outras, se porventura formos questionados.

Quanto ao Orçamento Participativo existem três projetos ainda não executados nesta data, por isso, não podemos ser censurados por esta questão, pois não tivemos capacidade nem tempo de os executar. Nós apenas podemos ser responsabilizados de forma direta por aquilo que nos comprometemos. Todas as decisões pretéritas são legítimas, mas vão ter que aguardar disponibilidade financeira, não há outro modo de o fazer.



Em relação à habitação no centro histórico existem várias situações de habitações degradadas, a nossa prioridade vai ser relativamente aos casos de ruínas em que os proprietários não ligam e nós podemos ponderar a sua expropriação de acordo com a lei. Também é possível visitar a questão dos incentivos e estamos disponíveis para o fazer, se houver iniciativa privada que queira fazer a recuperação. Nós apoiaremos e seremos parceiros.

Quanto ao valor das bolsas para 2018, mantém-se o mesmo de 2017, mas estes apoios não têm vindo a ser utilizados na sua totalidade. Por isso, não faz sentido reforçar a verba, nesta altura. Provavelmente teremos que analisar o regulamento que contempla estes apoios para ver a possibilidade de uma utilização mais dinâmica da dotação.

Agradeceu a lucidez e racionalidade da intervenção da deputada Fátima Correia, que pôs em evidência as manifestas contradições das posições que foram aqui assumidas. Reafirmou o empenho na resolução de todos os problemas, mas que não lhe peçam uma revolução completa.

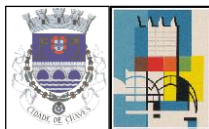
Quanto à intervenção do deputado Manuel Cunha, relativamente à aparente contradição entre o que é a perda de receita do IMI, ao mesmo tempo que manifesta algumas dúvidas quanto à capacidade de executar os projetos, referiu que se está a falar de 140/150 mil euros somente, mas é um sinal importante, uma vez que a política também se faz de sinais. Dar indicações da nossa vontade de cumprir, faz parte do nosso caminho.

Ana Maria Rodrigues Coelho do **PSD**, colocou novamente algumas questões a que anteriormente não obteve resposta. Trata-se de saber se iniciativas como o Festival de Identidades, Encontro de Escritores e Fotografa que se têm a realizar, se vão manter –se ou não.

O senhor **Presidente da Câmara da Câmara**, quanto a este assunto informou que a iniciativa Fotografa continua através da Associação que a costuma promover. Quanto às outras duas vamos ponderar, não estando ainda decididas só em momento posterior poderemos dar uma informação mais concreta. Terminou dizendo que todos os projetos meritórios são para continuar, pois o importante é o benefício que trazem para as populações.

Gonçalo André do Nascimento Alves do **CDS/PP**, congratula-se com o facto de notar que o senhor Presidente da Câmara prestou atenção à conversa, durante a reunião do direito de Oposição, relativamente aos gastos em anos eleitorais e á abertura que demonstrou quanto à revisão dos incentivos à Reabilitação Urbana. Seguidamente pediu vários esclarecimentos sobre verbas e respetiva variação, referenciadas nos mapas financeiros apresentados.

Como resposta o senhor **Presidente da Câmara**, referiu que o mapa a que se refere é um documento meramente indicativo, na sua perspetiva, embora haja divergências sobre o assunto entre a ANMP e a DGAL. Sendo o Orçamento anual, naturalmente que também estamos a aprovar o PPI, só que este tem um horizonte móvel de 4 anos e nesta medida todos os anos será objeto de ajustamento.



Antes de se proceder à votação deste Ponto da Ordem do Dia, o senhor **Presidente desta Assembleia** informou que a votação destes documentos, de acordo com a Lei, é nominal tendo de ficar expressa a forma como cada um dos elementos da Assembleia, votou. Nesse sentido propôs a seguinte metodologia, que consiste em fazer a chamada dos presentes por Grupo Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia, seguindo as várias listas.

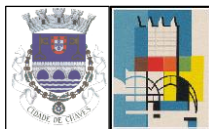
Posta à votação a proposta nos termos definidos anteriormente, a mesma foi aprovada com 57 votos a favor, 1 abstenção e 15 votos contra.

O Grupo Municipal do PSD apresentou declaração de voto Relativamente ao ponto n.16 da ordem de trabalhos ("Aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018"), o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresenta a seguinte

DECLARAÇÃO DE VOTO

Da análise dos documentos previsionais para o ano de 2018, aprovados por maioria pelo executivo municipal, constatamos que:

1. O primeiro orçamento elaborado e apresentado pelo presidente Nuno Vaz Ribeiro não possui nada de inovador e não incorpora nenhum dos compromissos eleitorais do Partido Socialista;
2. O Relatório da Proposta de Orçamento 2018 (As Grandes Opções do Plano) começa por descrever as grandes linhas do Orçamento do Estado, sem o devido ajustamento ao concelho de Chaves;
3. Não estão refletidas neste orçamento medidas que promovam a coesão social e territorial;
4. O orçamento da receita prevê arrecadar € 43.638.402,80, sendo totalmente fantasioso e extraordinariamente empolado. No Anexo V — QPPO 2018, está prevista uma programação orçamental de receita para 2019 de € 36.002.355,63, para 2020 de € 35635.943,22 e para 2021 de € 35.542.923,07. Não é compreensível que o orçamento da receita de 2018 seja superior em mais € 7.600.000,00 face aos anos de 2019 e seguintes;
5. A taxa do IMI não foi reduzida para a taxa mínima de 0,300 %, conforme o prometido e defendido ao longo dos últimos 4 anos. A receita orçamentada, apesar da ligeira redução da taxa para 0,338 %, prevê um ligeiro aumento face à previsão para 2017;
6. Não foi prevista a devolução aos contribuintes de 1,0 % do IRS, conforme sucessivamente reivindicada pelo Nuno Vaz Ribeiro ao longo dos últimos 4 anos;
7. Não está prevista a redução das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos, quando o compromisso eleitoral do PS é de uma redução de 10%. A receita orçamentada prevê um ligeiro aumento de arrecadação de receita;
8. Foi orçamentada uma receita de € 5.568.871,46 de Taxas de Ocupação do Subsolo, só para dar cabimento orçamental ao enorme empolamento do orçamento. A cabimentação desta receita não tem o devido enquadramento legal, porque como é sabido receitas incertas de cobrança duvidosa não podem ser cabimentadas;
9. Um significativo aumento das despesas com pessoal através de contratação de mais funcionários, havendo um desvio no rumo de diminuição que foi implementado nos últimos 4 anos;
10. A inscrição da verba de €74.500,00 para apoio às famílias no âmbito da produção pecuária é inconsequente, porque a atribuição desta verba é manifestamente ilegal;
11. Uma redução nas transferências para as Juntas de Freguesia face a 2017, quando o que seria desejável é que houvesse um aumento;
12. O PPI não incorpora novos investimentos relevantes e não corporiza os compromissos eleitorais do Partido Socialista;



13. Este plano adia para 2019 e seguintes a execução de obras com financiamento garantido no programa Portugal 2020;

14. A inscrição de € 37.500,00 para aquisição de viaturas, é manifestamente insuficiente para a modernização da frota automóvel;

15. A inscrição de € 45.000,00 para a aquisição de máquinas, é insuficiente para a modernização das máquinas da câmara, considerando que essa modernização permitiria a realização de mais obras por administração direta;

16. A inscrição de € 10.000,00 para a pavimentação de passeios, é absolutamente insuficiente face às necessidades do concelho;

17. A verba prevista para uma correta gestão da distribuição de água, através da requalificação da rede, para diminuição de perdas na rede, é manifestamente insuficientes;

18. A irrisória verba inscrita para uma correta gestão e modernização da rede de saneamento;

19. A inscrição de € 25.000,00 para a criação e beneficiação de espaços verdes é manifestamente insuficiente para se “restaurar a imagem de Chaves, cidade jardim”;

20. Não está prevista a “Requalificação e recuperação ambiental do rio Tâmega — Construção das Praias Fluviais de Chaves e de Vidago”;

21. Não está prevista a construção do “Palácio da Água — Piscina Municipal — 1a fase” até ao final do mandato. A verba inscrita é unicamente para pagar o projeto;

22. Não existe qualquer referência à “Requalificação do antigo Cineteatro de Chaves”;

23. Não existe qualquer referência à instalação do “Centro de Ciência Viva”;

24. Não existe qualquer referência à construção do “Pavilhão Multiusos”;

25. A verba inscrita para a requalificação da EM 507 Chaves/Soutelinho da Raia é ridícula e não possui verbas programadas para a sua requalificação nem em 2018, nem até 2021;

26. Não está prevista a “Requalificação da ER 314— Chaves/Carrazedo de Montenegro”;

27. A verba de € 1.000,00 para a construção da “Rodovia de Acesso Prioritário — A24 / Hospital (Lanço 4)” é ridícula. Lembramos que no compromisso eleitoral do Partido Socialista está prevista a conclusão da via até ao Hospital e que para isso ainda faltam construir os lanços 4 e 5.

Em coerência com o exposto, não podemos aprovar um orçamento que:

1. Não aumenta o rendimento disponível das famílias;

2. Revela falta de definição clara de prioridades de investimento visando a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos;

3. Não planeia no sentido de incentivar e promover a fixação de pessoas, particularmente, dos jovens e não se preocupa com os idosos;

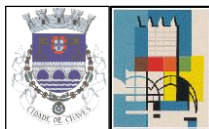
4. Não sustenta um verdadeiro plano ou projeto político para o concelho, limita-se a implementar alguns dos projetos aprovados pelo executivo anterior no âmbito do programa Portugal 2020;

5. Não incorpora os contributos apresentados pelos vereadores do PSD, muito em particular as propostas para o orçamento da receita;

6. Revela uma proposta sem visão, sem futuro e sem a capacidade de transformação da realidade.

Assim, com a ponderação cuidada que os documentos merecem e tendo em consideração os superiores interesses dos nossos concidadãos e do nosso município, os Membros da Assembleia Municipal eleitos na lista do Partido Social Democrata votam contra estes documentos previsionais.

17 – Prestação de serviços de auditoria financeira. Informação nº25/SC/2017



O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta, referindo que o assunto posto à consideração desta Assembleia diz respeito à aprovação da designação do Revisor Oficial de Contas, que vai servir de auditor externo para o Município de Chaves. Os documentos que instruem essa proposta indicam que a escolha recai no mesmo revisor que já vinha a efetuar esse serviço e que apresenta as melhores condições remuneratórias, que a comissão de análise do procedimento prévio a essa contratação foi de que pudesse ser adjudicado. Pede-se a esta Assembleia que aprove a indicação do revisor de contas indicado.

Não houve intervenções

Posta à votação a proposta foi aprovada com por unanimidade

18 – Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e ulteriores alterações – lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, no dia 21 de dezembro de 2016. Informação nº26/SC/2017.

O senhor **Presidente da Câmara**, sobre esta proposta, referiu que a informação é para conhecimento da Assembleia. Diz respeito aos contratos celebrados, no uso da delegação de competências desta Assembleia, celebrados pela Câmara Municipal, e encontrando-se identificados os montantes e período temporal de vigência.

Não houve intervenções

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação

19 – Proposta de reconhecimento do interesse para as populações e para a economia local do projeto "Trilhos de Visitação do Património Natural e Cultural do Concelho de Chaves" - Informação/proposta nº102/DSC/2017, da Arq. Carla Joana Rodrigues, de 05.12.2017

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que a informação foi distribuída, que a fundamentação expressa na proposta é suficientemente clara, relativamente aquilo que se pretende. Que esta Assembleia se possa vir a pronunciar sobre esta questão no âmbito do DLRBC – Desenvolvimento Local Rural de Base Comunitária e da apresentação, que visa a criação de seis trilhos. É uma candidatura que estava prevista pelo anterior executivo e que precisa deste reconhecimento de interesse municipal, por parte do órgão deliberativo do município. Relativamente à manutenção destes trilhos, que eventualmente poderiam ser outros e, tendo em vista não perder o financiamento associado a esta candidatura, não se fizeram alterações. Os trilhos são os seguintes:

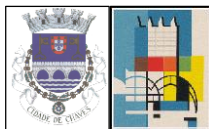
- 1 – Vidago – Arcossó;
- 2 - Seara Velha – Castelões;
- 3 - Vilarelho da Raia;
- 4 - Castelo de Monforte (Freguesia de Águas Frias)
- 5 – Quinta do Rebentão (Freguesia de São Pedro de Agostem) – Vilela do Tâmega;
- 6 - Moinhos de São Lourenço.

Pede-se a esta Assembleia que aprove esta proposta, que é, de interesse para as populações e para a economia local.

Estes trilhos têm como objetivo, a visita por parte dos turistas que efetuam passeios pedestres e que assim ficam a conhecer o património natural do nosso Concelho.

Não houve intervenções

Posta à votação a proposta foi aprovada com por unanimidade



20 – Pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras) no âmbito da aplicação, com carácter extraordinário, do regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o exposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Informação/proposta nº 103/DSC/2017

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta, referindo que a Assembleia anterior já se havia pronunciado sobre pedidos de idêntica natureza e que, na sua maioria, foram na área agrícola.

Este pedido visa a permissão de processos de atividade de pedreira que é uma atividade ilegal. Pretende-se que de acordo com o diploma identificado a possibilidade, e não a certeza, de que a referida atividade possa ser regulada de forma excecional. Havendo o envolvimento de várias entidades, é importante uma vez que há uma desconformidade desta atividade, com o previsto no PDM (Plano Diretor Municipal).

O que se pretende é que esta Assembleia Municipal reconheça que esta atividade desenvolvida neste espaço, tem interesse para o município, no que toca a impostos, na economia local, e pela criação de postos de trabalho.

Pede-se a esta Assembleia, à semelhança do que se fez no passado, que se pronuncie favoravelmente e reconheça o interesse municipal desta atividade, para assim poder ser desenvolvida o processo de legalização da mesma.

Não houve intervenções.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 58 votos a favor e 2 abstenções.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Altamiro Claro**, pediu autorização a esta Assembleia para interromper o período da Ordem do Dia para que a Mesa possa propor um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º José António Carneiro, técnico superior da Câmara Municipal de Chaves, chefe de divisão e que na perspetiva da Mesa merece o reconhecimento desta Assembleia. Seria um lapso não reconhecermos esta figura que trabalhou com vários executivos, incluindo quando ele próprio foi Presidente de Câmara, e com quem teve imenso gosto em trabalhar.

Propõe a esta Assembleia, a aprovação de um voto de pesar, pelo falecimento extemporâneo do Eng. José António Carneiro e que seja comunicada a decisão desse voto à sua família.

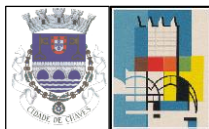
A Assembleia aprovou por unanimidade a referida proposta e de seguida fez-se um minuto de silêncio.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD, interpelou a Mesa para dizer que o Grupo Municipal do PSD tem uma dúvida e, por isso faz esta interpelação à Mesa, nesse sentido. Se a presença nas votações, quer do Dr. Luís Manuel Areias Fontes, quer da Dra. Fátima Correia, está de acordo com a Lei, uma vez que fazem parte do Conselho de Administração da Empresa Municipal, sendo esta Assembleia um órgão fiscalizador.

Reafirma que é uma dúvida que o Grupo Municipal do PSD tem. E que nos parece que seja correta.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, respondeu que a dúvida não tem que ver tanto com os pontos tratados, mas sim com a sua participação na Assembleia.

A questão irá ser verificada para a próxima Assembleia e até lá irão ser consultados técnicos qualificados da autarquia. Será tomada uma decisão quanto a este assunto, mas é sua opinião que para esta votação não há colisão de interesse.



Por uma questão de princípio aceitamos a sua participação, se alguém, quiser impugnar as decisões da assembleia poderá fazê-lo. É pertinente esta questão, por isso resolver-se.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio, referindo que a seu ver não existe nenhum conflito nem situação de incompatibilidade.

É verdade que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da Câmara Municipal. E nessa perspetiva, em questões relacionadas com a empresa municipal, os membros dos órgãos sociais devem abster-se de se pronunciar sobre as mesmas.

21 – Eleição de representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal de quatro cidadãos e respetivos suplentes, para constituírem a Assembleia Intermunicipal, para o mandato que agora se inicia.

A eleição foi efetuada por escrutínio secreto, com aplicação do método de Hont, tendo sido eleitos os Senhores deputados:

Anselmo José Martins – PS

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão - PSD

Júlio Eliseu dos Anjos Alves - PS

Ana Maria Rodrigues Coelho - PSD

SUPLENTES:

António Manuel Pires de Almeida - PS

Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira - PSD

Gonçalo André Nascimento Alves – CDS/PP

Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha – CDU

Estes são os quatro elementos que vão representar a Assembleia Municipal Intermunicipal da CIM.

22 – Eleição do representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de um cidadão para integrar o Conselho Municipal de Educação, para o mandato que agora se inicia.

O senhor **Presidente da Mesa** deu conhecimento da entrada na Mesa de 2 nomes apresentados pelo PSD e PS, respetivamente:

PS - Luís António Gonçalves Costa

PSD - Pedro Miguel Rodrigues Fernandes

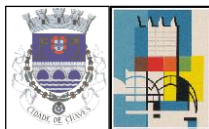
A eleição foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido eleito o Senhor deputado **Luís António Gonçalves Costa**.

Como suplente foi eleito o Senhor deputado **Pedro Miguel Rodrigues Costa**

Este é o elemento que irá representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação.

23 – Eleição dos representantes, por Grupo Municipal, no Conselho Municipal de Juventude

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de quatro cidadãos (1 por Grupo Municipal) para integrar o Conselho Municipal de Juventude, para o mandato que agora se inicia.



A eleição foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido eleitos os Senhores deputados:
Pelo PS – Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves

Pelo PSD – Milena Sofia Vieira de Melo

Pela CDU – Manuel Justino Matos Cunha

Pelo CDS/PP – Gonçalo André Nascimento Alves

Estes são os elementos que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Juventude.

24 – Eleição do representante da Assembleia Municipal de Chaves no Conselho de Comunicação do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de um cidadão para integrar o Conselho de Comunicação do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, para o mandato que agora se inicia.

O senhor **Presidente da Mesa** de conhecimento da entrada na mesa de 2 nomes, indicados pelo PS e PSD, respetivamente:

PSD – Francisco José Gonçalves Oliveira

PS - Cristina Maria Inocência Imaginário

A eleição foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido eleito como efetivo o Senhor deputado: **Francisco José Gonçalves Oliveira**.

Como suplente foi eleita a Senhora deputada **Cristina Maria Inocência Imaginário**

Este é o elemento que irá representar a Assembleia Municipal no Conselho Comunicação do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso.

25 – Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Centro Hospitalar

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de um cidadão para integrar o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar, para o mandato que agora se inicia.

O senhor **Presidente da Mesa** deu conhecimento da entrada na mesa de 2 nomes, indicados pelo PS e PSD, respetivamente:

PS – Isabel Maria Ruivo Seixas Martins

PSD - Carlos Afonso de Moura Teixeira

A eleição foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido eleita a Senhora deputada: **Isabel Maria Ruivo Seixas Martins**.

Como suplente foi eleito o Senhor deputado **Carlos Afonso de Moura Teixeira**.

Este é o elemento que irá representar a Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Centro Hospitalar.

26 – Eleição do representante das juntas de freguesia na ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

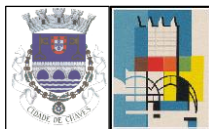
O senhor **Presidente da Câmara** apresentou este ponto que tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de um Presidente de Junta de Freguesia para representar as Juntas de Freguesia na ANMP - **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, para o mandato que agora se inicia.

O senhor **Presidente da Mesa** de conhecimento da entrada na mesa de 2 nomes, indicados pelo PS e PSD, respetivamente:

PSD – Hugo Manuel Alves Silva

PS – João Manuel Almeida Pinto

A eleição foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, **Hugo Manuel Alves Silva**.



Como suplente foi eleito o Senhor Presidente da União de Freguesias de Madalena e Samaiões, *João Manuel Almeida Pinto*.

Este é o Presidente de Junta que irá representar a Assembleia Municipal na ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

27 – Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de quatro cidadãos para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, para o mandato que agora se inicia.

O senhor **Presidente da Mesa** de conhecimento da entrada na mesa de 2 listas de nomes, indicados pelo PS e PSD, respetivamente:

EFETIVOS:

PS - Isabel Maria Ruivo Seixas Martins

- Maria Adalgisa Portugal Babo

PSD – Maria Inês Pereira Dias

- Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha

SUPLENTES:

CDU – Paula Maria Morais Esteves

CDS/PP - Gonçalo André Nascimento Alves

PSD - Alexandre Manuel Afonso Queirós Medeiros

PS - António Manuel Pires Almeida

A eleição foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido eleitos os Senhores deputados: ***Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Maria Adalgisa Portugal Babo, Maria Inês Pereira Dias e Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha.***

Como suplentes foram eleitos os Senhores deputados: *Paula Maria Morais Esteves, Gonçalo André Nascimento Alves, Alexandre Manuel Afonso Queirós Medeiros, António Manuel Pires Almeida.*

Foram eleitos como suplentes: *Gonçalo André Nascimento Alves, Alexandre Manuel Afonso Queirós Medeiros e António Manuel Pires Almeida*

Estes são o elemento que irão representar a Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves.

28 – Representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança do Município de Chaves

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de cinco cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança do Município de Chaves, para o mandato que agora se inicia.

O senhor **Presidente da Mesa** deu conhecimento da entrada na mesa uma lista conjunta do PS e PSD com 5 eleitos diretos e 3 Presidentes de Junta tendo sido eleitos os seguintes membros:

Eleitos:

Nuno André Coelho Chaves

Manuel Justino Matos Cunha

António José dos Santos

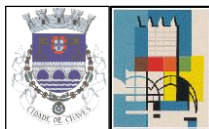
Francisco José Gonçalves Oliveira

Presidentes de Junta:

Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente - Mário José dos Anjos

Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge – José António de Oliveira Carreira

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves Silva



Assembleia Municipal de Chaves

20.12.2017

Estes são os elementos que irão representar a Assembleia Municipal Conselho Municipal de Segurança do Município de Chaves.

29 – Representante das Juntas de Freguesia no Conselho Cinegético

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de um cidadão para integrar o Conselho Cinegético, para o mandato que agora se inicia.

O senhor **Presidente da Mesa** de conhecimento da entrada na mesa de 2 nomes, indicados pelo PS e PSD, respetivamente:

PSD – Jorge José Pereira de Carvalho

PS – Nelson Fernandes Costa

A eleição foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Anta, **Jorge José Pereira de Carvalho**.

Foi eleito como suplente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Redondelo, **Nelson Fernandes Costa**.

Este é o elemento que irá representar a Assembleia Municipal Conselho Cinegético.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se a todos os presentes, agradeceu a forma cordial como decorreu esta Assembleia, sendo que se tornou fácil a condução dos trabalhos, apesar da sua preocupação inicial. O processo de aprendizagem em democracia tem melhorado de ano para ano. Em nome pessoal e da Mesa agradeceu e desejou a todos um feliz e Santo Natal e que o próximo Ano seja bom, especialmente para o Concelho e de muitas realizações para cada um de nós.

E por último o senhor **Presidente da Câmara** também usou da palavra para em seu nome e do executivo municipal, desejar a todos os elementos da Assembleia, aos colaboradores da mesma, ao público presente, um Santo Natal e que este tempo de final de Ano seja para retemperar energias e de um bom Ano 2018 na perspectiva individual e coletiva.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua execução imediata.

Depois de esgotados os assuntos da respetiva ordem de trabalhos o senhor Presidente da Mesa, deu como encerrados os trabalhos da presente da sessão, por volta das 18:00 horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim _____, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária, _____